

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

01 a 04 de
DEZ
2018

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

TATI BELING/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



AMARO NETO em sessão na Assembleia: deputado admitiu em depoimento ter tido caso com mulher de policial militar, mas alegou que ela dizia ser separada

CASO AMARO NETO

Juíza mantém prisão de casal acusado de extorsão

Justiça determina prisão preventiva de policial e sua mulher, acusados de ameaçar divulgar vídeo íntimo, caso o deputado não pagasse R\$ 500 mil

Tiago Alencar

A juíza Mariana Lisboa Cruz determinou a prisão preventiva do casal acusado de tentar extorquir dinheiro do deputado estadual Amaro Neto (PRB), no valor de R\$ 500 mil, sob ameaça de divulgação de um vídeo íntimo do parlamentar. A decisão

da magistrada foi dada ontem.

Na sentença, a juíza faz um resumo do caso e diz que o marido da acusada, conforme depoimentos prestados, ao descobrir que sua mulher estava tendo um suposto relacionamento amoroso com o deputado, passou a fazer ameaças e a dizer que divulgaria o vídeo em que eles apareceriam tendo supostas relações sexuais.

A magistrada também destaca a participação de uma pessoa escolhida por Amaro para tentar a negociação entre o deputado e o marido da acusada, no que diz respeito à forma de pagamento da quantia cobrada para a manutenção do sigilo a respeito do caso.

Há ainda na decisão um trecho

em que Mariana Lisboa Cruz destaca suposta ameaça feita à vida do deputado por parte do acusado, que é policial militar.

“Além de informarem que Amaro corria risco de vida e que outras pessoas sabiam do caso”, diz trecho da sentença. Por outro lado, no depoimento prestado por Amaro Neto à polícia, ao qual a reportagem teve acesso, o deputado, que é casado, confessou o caso com a acusada. E disse que ela alegava ser separada.

A juíza responsável pela audiência de custódia também cita o fato de que o acusado já responde inquérito policial na Justiça.

“Em pesquisas realizadas nos sistemas judiciais foram encontra-

dos registros criminais do indiciado, sendo um inquérito penal militar em trâmite por lesão corporal seguida de morte”, comentou.

Quanto à acusada, a magistrada diz que não consta nos registros criminais nada que pese contra ela. Ao finalizar sua decisão, a magistrada disse que “neste contexto, verifica-se pelo auto de prisão em flagrante delito que está presente a materialidade delitiva, bem como de indícios de autoria”.

Em seguida, a magistrada destacou o risco de soltura do acusado.

“Assim, tenho que a soltura do custodiado poderá colocar em risco a segurança social, haja vista a real possibilidade de reiteração delitiva”.

Parlamentar diz ser vítima de ameaça e vai processar PM

Na segunda página do depoimento prestado ao delegado da Polícia Civil, Breno Andrade de Souza, na última sexta-feira, o deputado estadual Amaro Neto (PRB), que foi eleito em outubro para a Câmara Federal, diz ter sofrido ameaças durante o período em que negociava com o policial a não divulgação de um suposto vídeo em que o parlamentar estaria tendo relações sexuais com a mulher do acusado.

Amaro diz que tanto ele quanto seu assessor estariam correndo risco de vida. Por isso, além da denúncia à polícia, ele também pretende entrar com uma representação judicial contra o acusado por conduzir a tentativa de extorsão.

Nas declarações dadas durante o depoimento, o deputado diz que a mulher do acusado foi quem o informou a respeito da descoberta do marido, o que teria deixado Amaro surpreso, uma vez que, segundo ele, a acusada sempre sustentou a versão de que era separada.

Ao desconfiar das conversas, Amaro teria começado a salvar as mensagens trocadas com a mulher em redes sociais em forma de captura de tela de celular, para tomar as providências necessárias.

O material, segundo consta no depoimento do deputado, foi entregue à polícia, como parte das provas juntadas para a fundamentação da denúncia feita por ele. Com a ajuda de um assessor que possui conhecimentos jurídicos, Amaro procurou a polícia e relatou o caso.

DAVANA SOUZA - 30/10/2018



BRENO ANDRADE: investigação

Deputado diz que indicou acusada para secretaria

No depoimento prestado ao delegado da Polícia Civil, Breno Andrade de Souza, ao qual a reportagem teve acesso, o deputado Amaro Neto confessa o relacionamento com a mulher acusada de tentar extorquir R\$ 500 mil do parlamentar.

Além disso, ele também afirma que a indicou para uma vaga de emprego na Secretaria Estadual de Esportes (Sesport), após ter sido procurado por ela em uma de suas redes sociais e os dois terem mantido contato.

No depoimento, Amaro alega que a indicação teve como base o perfil técnico da acusada.

No entanto, durante consulta feita no Portal de Transparência da secretaria, não é possível encontrar o nome da mulher no quadro de servidores comissionados do Estado.

Também conforme alegações do próprio Amaro em seu depoimento, a mulher também chegou a atuar em sua campanha para deputado federal, da qual ele saiu eleito como o mais votado do Estado.

Por meio de nota, a Sesport informou que a mulher não exerceu cargo de confiança na Secretaria, como pode ser constatado no Portal da Transparência. Ela teria sido contratada por uma empresa terceirizada.

TRECHOS DO DEPOIMENTO À POLÍCIA CIVIL

Primeiro contato por rede social

Início

> DE ACORDO com o depoimento prestado à polícia, o primeiro contato entre o deputado Amaro Neto (PRB) e a acusada teria começado por meio da rede social Instagram do parlamentar.

> A ACUSADA TERIA MANDADO uma mensagem dizendo que estava desempregada e que precisava de um trabalho.

Contato

> TAMBÉM NO DEPOIMENTO, Amaro diz que começou a ter contato contínuo com a acusada, e que ela teria se mostrado uma pessoa prestativa e atenciosa ao longo das conversas entre os dois.

Aproximação

> O DEPUTADO AINDA DISSE para a polícia que sempre deixou claro para a acusada que era casado e que tinha família. Ela, no entanto, teria afirmado ser separada.

Surpresa

> PARA A POLÍCIA, Amaro disse ter ficado surpreso quando a mulher começou a lhe enviar mensagens dizendo que seu marido havia descoberto a suposta relação entre eles. O texto do depoimento ainda traz o parlamentar afirmando que as investidas por parte dos acusados foram aumentando gradativamente, até chegar ao nível de ameaça.

“O caso está com a Justiça”, diz Amaro

Abordado por A Tribuna, ontem, na Assembleia, o deputado estadual Amaro Neto (PRB) novamente se limitou a dizer que o caso “está sob investigação da Justiça” e não deu mais detalhes.

O parlamentar conversou com o chefe de segurança da Casa do lado de fora do plenário e era acompanhado por pelo menos três possíveis seguranças.

Questionado pela reportagem se havia aumentado a sua segurança pessoal após o ocorrido, Amaro Neto disse que ela continuava do mesmo jeito.

TATI BELING/ALES - ARQUIVO



Deputado estadual foi o candidato a federal mais bem votado do ES em outubro. Na semana passada, ele prestou depoimento à polícia

Defesa de policial militar nega chantagem

◀ A defesa do policial militar Fernando Marcos Ferreira negou que tenha ocorrido qualquer tentativa de extorsão. “O que aconteceu foi uma má interpretação dos fatos ocorridos, meu cliente nega qualquer crime. Vamos aguardar o momento adequado para exercer em plenitude o direito de defesa”, disse o advogado Claudius Caballero.

Ao ser questionado se o PM conhecia Amaro Neto, o advogado disse que apenas como figura pública. Sobre a conduta do militar, a Corregedoria da PM informou que vai analisar todos os documentos sobre o fato para decidir vai abrir procedimento administrativo.

A reportagem de A GAZETA não conseguiu contato com o advogado de Keila Bonde.

Acusada de extorsão participou de campanha de deputado

À polícia, Amaro Neto admitiu “enlace amoroso” com mulher de policial militar

◀ Em depoimento prestado na Delegacia Especializada em Repressão aos Crimes Eletrônicos, o deputado estadual e deputado federal eleito Amaro Neto, vítima de uma tentativa de extorsão, contou que a acusada, Keila Bonde, participou de sua campanha eleitoral em 2018.

O nome de Keila não aparece na prestação de contas da campanha de Amaro, disponível no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nem como doadora nem como prestadora de serviços.

Keila e o marido dela, o cabo da Polícia Militar Fernando Marcos Ferreira, foram presos na última sexta-feira acusados de tentar extorquir R\$ 500 mil do parlamentar.

Segundo o depoimento, Amaro foi contactado por Keila no início do ano, via Instagram. Ela havia mandado uma mensagem dizendo que estava desempregada e procurando emprego.

Ainda segundo o parlamentar, Keila enviou em anexo um currículo e ele guardou essas informações, tendo em vista que currículo apresentava bom conteúdo.

Amaro contou também, em depoimento, que um tempo depois soube de uma vaga na Secretaria de Esportes, a ser preenchida com as mesmas qualificações que Keila apresentava, tendo ela começado a trabalhar lá.

Segundo o deputado, os dois passaram a ter muito contato pelas redes sociais e iniciaram um “enlace amoroso”, e que Keila afirmava ser separada. Ao longo do ano, a mulher “se mostrou prestativa e participou da campanha eleitoral” dele.

Porém, em 29 de novembro, o deputado foi surpreendido com uma mensagem

de Keila, onde afirmava que o marido havia descoberto o enlace amoroso. Após essa mensagem, o casal passou a exigir dinheiro para que imagens e vídeos íntimos não fossem divulgados.

Ainda segundo Amaro, diante da gravidade da situação, o assessor parlamentar dele manteve contato com as autoridades policiais para relatar os fatos e, durante as tentativas de pagamento, o policial teria ameaçado o parlamentar e o assessor. Amaro finaliza o depoimento manifestando desejo de representar criminalmente contra o PM.

SEM CONTATO

Durante o dia de ontem, a reportagem procurou o advogado do deputado estadual e também entrou em contato com o número que Amaro Neto. Porém, ninguém atendeu as ligações e nem retornou.

Na noite de sexta-feira, na saída da delegacia, a reportagem abordou Amaro. Na ocasião, ele não quis falar sobre o assunto, limitando-se a dizer: “Não tenho nada a declarar”.

Justiça mantém prisão de cabo da polícia e da mulher

◀ A Justiça converteu a prisão em flagrante do cabo da PM Fernando Marcos Ferreira e a mulher dele, Keila Bonde Ferreira, para prisão preventiva. Os dois são acusados de tentar extorquir R\$ 500 mil do deputado Amaro Neto.

De acordo com a sentença, o PM teria exigido dinheiro para não tornar público um suposto vídeo íntimo entre o deputado e a esposa do militar.

Segundo a decisão da juíza Mariana Lisboa Cruz, em pesquisas realizadas nos sistemas judiciais foram encontrados registros criminais contra Fernando, sendo um inquérito penal militar em trâmite por lesão corporal seguida de morte.

Para a juíza, a soltura de Fernando poderá colocar em risco a segurança da sociedade, devido à sua periculosidade.

“Neste contexto, verifica-se pelo auto de prisão em

flagrante delito que está presente a materialidade delitiva, bem como de indícios de autoria, além do que se acham também presentes fundamentos que autorizam a custódia excepcional. Assim, temo que a soltura do custodiado poderá colocar em risco a segurança social, haja vista a real possibilidade de reiteração delitiva, além do que está presente a periculosidade concreta de sua conduta, bem como, visando garantir a instrução processual e a aplicação da Lei Penal”, diz a juíza na decisão.

AMEAÇAS

A juíza afirmou, ainda, que as ameaças contra Amaro chegaram a acontecer pessoalmente, quando um representante do deputado foi à casa de Fernando e Keila, onde foi informado que a vítima tinha que pagar os R\$ 500 mil exigidos.

“Fernando, após descobrir um relacionamento extraconjugal entre sua esposa e a vítima, passou a exigir quantia financeira a fim de não divulgar o caso e as imagens íntimas para terceiros. É informado que Amaro solicitou um representante para negociar a quantia que seria cobrada, tendo sido enviado à residência dos autuados um senhor, que foi informado que a quantia pelo silêncio seria R\$ 500 mil, além de informarem que Amaro corria risco de vida e que outras pessoas sabiam do caso, além do autuado ser integrante da Força Tática da PM”, explicou.

R\$ 500 MIL

É o valor que o casal exigia de Amaro Neto para não tornar público suposto vídeo íntimo.

“A soltura do custodiado poderá colocar em risco a segurança social”

MARIANA LISBOA CRUZ
JUÍZA

Conselhos vão definir quem vai receber auxílio-moradia

Pagamento poderá ser feito em casos especiais, como para juízes que mudam de Estado

▲ NATALIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

As entidades de classe dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público seguem aguardando as novas regras e a definição dos casos em que o pagamento auxílio-moradia será permitido. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) serão responsáveis pela regulamentação do benefício em casos especiais como o de juízes removidos para outro Estado, por exemplo.

O benefício, de R\$ 4.377,73, pago sem restrições, foi revogado pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, na semana passada, e deve deixar de ser pago assim que os tribunais comecem a conceder o reajuste de 16,38% nos salários dos magistrados.

No entanto, as associações reclamam que com a retirada do auxílio, mesmo com o reajuste, é preciso uma compensação, já que haverá perda real nos rendimentos, pois ele tem caráter indenizatório, e

não sofre qualquer desconto. Já os salários, tem natureza remuneratória, portanto sofrem descontos previdenciários e de Imposto de Renda.

O CNJ já instaurou o procedimento para iniciar a regulamentação, na última sexta-feira.

NOVO AUXÍLIO

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) discute propor um novo auxílio para manter a irredutibilidade dos valores, ou replicar regras do pagamento de auxílio-moradia previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Federais.

O presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Daniel Peçanha, não quis comentar sobre as propostas e afirmou esperar as medidas da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB).

“Sem dúvida, haverá um decréscimo no valor líquido que recebemos, uma perda nos vencimentos dos juízes da ativa. Aguardamos que haja alguma medida”, disse.

Já o presidente da Associação Espírito-Santense do Ministério Público, Adélcion Caliman, entende que o ideal é que não se crie

um novo penduricalho.

“Quando começamos a receber por subsídio, em 1998, extinguiu-se o adicional por tempo de serviço, que dava um acréscimo de até 35%. Ele foi retirado, com a proposta de dar a recomposição inflacionária anualmente. Mas isso não é cumprido. Se fosse, não precisaríamos desses incrementos. Defendo que a lei seja cumprida e os reajustes concedidos”, opinou.

MEDIDAS

O auxílio-moradia está previsto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Como essa norma não foi considerada inconstitucional, as associações podem apresentar alguma contestação, para ser julgada pelo plenário do STF.

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, já recorreu para que a decisão de Fux não seja aplicada aos procuradores e promotores.

Ontem e hoje o presidente do STF, Dias Toffoli, e alguns conselheiros do CNJ estão reunidos no Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Foz do Iguaçu (PR), evento visto como oportunidade para as associações abrirem diálogo com membros do conselho.



GIL FERREIRA/AGÊNCIA CNJ

O CNJ vai regulamentar casos em que o auxílio-moradia poderá ser pago

AS MEDIDAS

REMUNERAÇÕES

► Reajuste

Um reajuste salarial de 16,38% para os ministros do STF, teto do funcionalismo público, foi sancionado pelo presidente Temer em 26 de novembro. Ele causa um efeito cascata para toda a magistratura, Ministério Público e Tribunais de Contas

► Auxílio-moradia

No mesmo dia, o ministro Luiz Fux revogou uma liminar de 2014 que

garantia de forma irrestrita o auxílio-moradia de R\$ 4.377,73 a essas categorias.

IMPACTOS

No Estado, os subsídios sofrem desconto de 11% para a contribuição previdenciária e de 27,5% pelo Imposto de Renda

► Para desembargadores e procuradores de Justiça

Novo salário: R\$ 35.462,27
Descontos: R\$ 13.652,96

► Para juízes e promotores de Justiça

Novo salário: R\$ 33.689,15
Descontos: R\$ 12.970,31

REAÇÕES

► Ajufe

Estuda o pagamento de algum auxílio, para manter os valores atuais

► Ministério Público Federal

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, recorreu para que a decisão de Fux não seja aplicada ao Ministério Público

GIRO RÁPIDO

DIVULGAÇÃO

CNJ vai regularizar auxílio em alguns casos

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instaurou um procedimento para regulamentar o pagamento do auxílio-moradia para casos específicos, como juizes removidos para outro estado, por exemplo.

Na semana passada, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, revogou o benefício do auxílio de todos os integrantes de Judiciário, Ministério Público, defensorias e tribunais de contas.

COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS E MARCELO DE MORAES | colunadoestadao@estadao.com

PGR reforça acusação contra Temer para STF

As investigações envolvendo o presidente Michel Temer e os ministros Eliseu Padilha e Moreira Franco concluíram que receberam R\$ 2,5 milhões da Odebrecht em 2014, mas não identificaram o que fizeram com o dinheiro. Nesse sentido, a PGR informou ao Supremo não haver provas de que "além do crime de corrupção eles também praticaram crime eleitoral".

"Os valores podem ter sido destinados a cobrir despesas de campanha... ou guardados pelos investigados em suas residências, ou usados para comprar bens. As possibilidades são infinitas."

Loja de departamento deve indenizar cliente após alarme antifurto ser disparado

4 de dezembro de 2018

Uma mulher acionou a justiça contra uma loja de departamento após um alarme antifurto supostamente ser disparado sem que houvesse furto por parte da autora.

A requerente narra, em síntese, que entrou no estabelecimento comercial com o intuito de adquirir produtos e após efetuar suas compras, ao passar pela porta principal de entrada e saída, o alarme disparou, tendo sido ela abordada por um segurança que a encaminhou para dentro da loja, momento em que revistaram as sacolas e encontraram um dos produtos comprados com a etiqueta magnética, que a vendedora esqueceu de retirar.

A parte requerida admitiu ter câmeras no comércio, porém só mantém os vídeos por poucos dias, de modo que na época do processo, dois meses depois, não existiam mais imagens relativas ao fato. Além disso, não houve testemunhos que contestassem o fato narrado pela cliente.

Na examinação dos autos, o magistrado da Vara Única de Venda Nova do Imigrante entendeu que "houve um erro por parte da requerida, uma falha, e esta falha é passível de abalar a honra da consumidora, de lhe causar vexame e constrangimento". Por isso, o juiz julgou que a autora da ação deve ser indenizada no valor de R\$3 mil a título de danos morais.

Processo nº: 0000255-79.2018.8.08.0049

FONTE: TJES



POPULAÇÃO chegou a ficar até três horas esperando por ônibus em pontos e em terminais. Foi feita nova rodada de negociações sobre a greve, sem sucesso

GREVE NO TRANSPORTE COLETIVO

Paralisação vai ser mantida por tempo indeterminado

A afirmação é do Sindirodoviários. Além disso, a categoria entrou na Justiça para retirar mil ônibus das ruas da Grande Vitória

Lucas Rezende
Rafael Gomes
Sheyla Rodrigues

Após um primeiro dia de greve com ônibus superlotados e espera de até três horas em terminais e pontos, a paralisação dos rodoviários – que continua por

tempo indeterminado – ganhou mais um capítulo: o sindicato dos motoristas e cobradores entrou com um recurso para que mil ônibus fiquem parados nas garagens. Em contrapartida, o Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitano da Grande Vitória (GVBus) notificou ao Tribunal Regional do Trabalho que os rodoviários não cumpriram a liminar do desembargador federal José Luiz Serafini, que determinava pelo menos 70% dos ônibus circulando em horários de pico. Na tarde de ontem, o Sindicato dos Rodoviários (Sindirodoviários) recorreu da decisão judicial com objetivo de deixar somente

30% dos coletivos nas ruas. Com isso, 998 veículos ficariam na garagem. “Já entramos com o pedido para que a Justiça reveja a liminar. Estamos cumprindo as decisões e agindo de forma pacífica e respeitosa, mas não conseguimos avançar nas negociações”, lamentou o presidente do Sindirodoviários, José Carlos Sales. Ainda na tarde de ontem, foi feita uma nova rodada de negociação entre sindicato e empresários. O encontro, na sede do GVBus em Vitória, durou menos de 10 minutos, sem nenhum acordo. Patrões continuaram oferecendo aumento de 3% no salário de

motoristas e cobradores, mas agora ampliaram o mesmo percentual de reajuste para o tiquete-alimentação, o plano de saúde e o seguro de vida. Os rodoviários recusaram. A categoria segue pedindo pelo menos 4% de reajuste nos salários, mais um ganho real não especificado. Querem que o plano de saúde, hoje pago de forma participativa, seja pago integralmente pelas empresas. E, também, querem aumento de R\$ 2,50 em cada tiquete. “Me parece que os rodoviários querem criar transtorno para a população e acirrar o movimento”, disse o diretor executivo do GVBus, Elias Baltazar.

Negociação será na Justiça

Sem alcançar acordo nas tentativas de negociação entre empresários e trabalhadores, o conflito será decidido na Justiça. O Tribunal Regional do Trabalho (TRT-ES) marcou para amanhã, às 13h30, o julgamento do dissídio coletivo, quando a Justiça determinará um valor no reajuste salarial para colocar fim ao impasse. O pedido de dissídio coletivo de greve foi protocolado ontem pelo Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitano da Grande Vitória (GVBus) e pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Espírito Santo (Setpes). Em janeiro deste ano, um dissídio coletivo colocou fim na greve



SEDE DO TRT-ES: julgamento

dos rodoviários que já durava 15 dias – a mais longa dos últimos 20 anos. Na época, a Justiça do Trabalho determinou um reajuste de 3% no salário – a categoria pedia 7% e os empresários não aceitavam.

CENAS

POLICIAIS circularam por terminais, como o de Carapina, na Serra, para garantir a saída dos ônibus.



A GREVE dos motoristas fez com que o trânsito na Grande Vitória ficasse congestionado, como na ponte Florentino Avidos, na capital.

ENTENDA A GREVE

1.426 VEÍCULOS TEM A FROTA

JUSTIÇA DETERMINA:

HORÁRIO DE PICO

70% DA FROTA: 998 veículos

DEMAIS HORÁRIOS

50% DA FROTA: 718 veículos

Frota extra

Corresponde a 5% da frota operante e vai rodar junto à frota limitada.

Horário de pico

Mais 49 carros

Demais horários

Mais 35 carros

USUÁRIOS/DIA

700 MIL PASSAGEIROS,

aproximadamente, usam transporte coletivo na Grande Vitória.

550 MIL,

aproximadamente, são usuários do Transcol. Os demais utilizam sistemas municipais de Vitória e Vila Velha.

REIVINDICAÇÕES

> RODOVIÁRIOS ENTRARAM em greve à 00h01 de hoje pedindo reajuste no salário de motoristas e cobradores, no tiquete-alimentação e no plano de saúde, dentre outras reivindicações.

SALÁRIO

> O SALÁRIO, hoje, está na faixa de R\$ 2.200 para motoristas de ônibus. Já o dos cobradores, em torno de R\$ 1.150. > OS RODOVIÁRIOS querem, pelo menos, reajuste de 4% – que é a inflação –, mais ganho real.

PLANO DE SAÚDE

> A CATEGORIA quer que o plano de saúde, que hoje é pago de forma participativa, seja pago integralmente pelas empresas de ônibus.

TIQUETE

> OS RODOVIÁRIOS pedem um aumento de R\$ 2,50 em cada folha do tiquete-alimentação (são 26 por mês), que, no total, dará R\$ 696.

JORNADA REDUZIDA

> PEDEM, AINDA, a não contratação de trabalhador em jornada reduzida – conhecidos como “motorista baixa renda”.

PROPOSTA

> EMPRESÁRIOS OFERECERAM ontem 3% de reajuste sobre o tiquete-alimentação, o plano de saúde e o seguro de vida. Mantiveram o mesmo reajuste para o salário de motoristas e cobradores. > Anteriormente, haviam proposto 2% de reajuste, agora estão oferecendo aumento de 3%.

Fonte: Ceturb, GVBus, Sindirodoviários e Justiça do Trabalho.

GREVE NO TRANSPORTE COLETIVO

“Categoria não cumpriu ordem”

O Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitano da Grande Vitória (GVBus) deu entrada no Tribunal Regional do Trabalho com uma petição de descumprimento da liminar do desembargador federal José Luiz Serafini, porque, segundo os empresários, a ordem de circulação de 70% da frota em horários de pico não foi cumprida.

Eles solicitam a penhora on-line da multa diária prevista em R\$ 200 mil, além do aumento desse valor. Os empresários pedem ainda a decretação da abusividade e ilegalidade da greve, descontando os dias parados, e solicitando a realização de audiência de conciliação.

De acordo com o diretor executivo do GVBus, Elias Baltazar, entre 5h e 6h, só circularam 24% da frota. Entre 6h e 7h, rodou metade. Já entre 7h e 8h, foram 63% para as ruas. E, entre 8h e 9h, 62%.

“O sindicato está bloqueando a saída de veículos e só começa a liberar os ônibus para rodarem quando já está contando o horário de pico. O sindicato precisa liberar a frota antes, para que os veículos consigam chegar ao início da linha. Para mim, é mais um descumprimento da liminar”, disse.

Na garagem da viação Satélite, no bairro Tabajara, em Cariacica,

integrantes do sindicato dos rodoviários fiscalizaram a saída dos veículos, verificando, também, os itens de segurança.

De acordo com um dos integrantes do Sindirodoviários, Miguel Leite, alguns ônibus foram impedidos de sair da garagem porque apresentavam problemas.

“Alguns estavam com problemas na buzina, com pneus carecas, limpador de para-brisas quebrado e a traseira toda queimada. Isso coloca em risco motoristas, cobradores e passageiros.”

Com isso, foi feita uma solicitação para que esses ônibus fossem enviados para a oficina. “Não estamos impedindo a saída dos veículos, mas um dos motivos foi esse”, afirmou o sindicalista.

O OUTRO LADO

Veículos

O presidente do Sindirodoviários, José Carlos Sales, negou que o movimento grevista tenha descumprido a determinação da Justiça.

“Cumprimos a liminar durante o dia todo, mas as empresas não estão cumprindo. Estão saindo mais veículos do que o previsto”, disse.



FILAS de passageiros se formaram na espera por ônibus no Terminal de Laranjeiras, Serra, na manhã e no fim da tarde

O QUE DIZ A SENTENÇA DO DESEMBARGADOR

Frota mínima

“Que o sindicato mantenha, em todas as linhas e itinerários, com os respectivos motoristas e cobradores, a partir da zero hora do dia 3/12/2018, nos horários de pico (das 6hmin às 9h e das 17h às 20h), no mínimo, 70% (setenta por cento) da frota de ônibus em circulação; e, nos horários normais, 50% (cinquenta por cento), para o atendimento mínimo necessário à comunidade.”

Coação

“Que não coaja ou impeça os trabalhadores que não queiram aderir ao movimento de trabalhar.”

Vandalismo

“Que não pratique ato de vandalismo, como destruição de bens públicos ou particulares.”

“Que não promova reuniões ou passeatas nas vias públicas de acesso preferencial, de modo a impedir a cir-

culação de pessoas e de qualquer tipo de veículos automotores.”

Bloqueios

“Que não bloqueie as entradas/garagens das empresas prestadoras de serviço de transporte público municipal ou intermunicipal de sua base territorial ou da base de outros sindicatos da categoria dos rodoviários.”

Multa

“Para implementação da presente ordem, fica, desde já, autorizado que sirva a presente decisão de mandado, bem como, caso necessário, o uso da força policial. O descumprimento, ainda que parcial, da presente liminar, acarretará a incidência de multa diária no valor de R\$ 200.000, a ser revertida em favor do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e suportada pelo sindicato profissional, sem prejuízo de apuração da responsabilidade criminal, civil e processual.”



“QUE NÃO BLOQUEIE ENTRADAS, GARAGENS DAS EMPRESAS”

José Luiz Serafini, desembargador

Fonte: Despacho do desembargador federal do Trabalho José Luiz Serafini.



SINDICALISTA confere ônibus na saída do garagem da Satélite, em Cariacica

Até três horas de espera por ônibus nos terminais

Pontos de ônibus lotados, terminais cheios, reclamações e muita espera. Assim foi o dia de quem depende do transporte público na Grande Vitória.

Nos terminais e nos pontos, principalmente em Cariacica e Vitória, a espera pelo ônibus chegou a ser de três horas.

Em Campo Grande e Itacibá, em Cariacica, as filas se formaram logo pela manhã. O desespero tomou conta de parte de passageiros, que não sabiam que horas conseguiriam chegar no trabalho ou se conseguiriam voltar para casa.

Foi o caso da auxiliar de serviços gerais Tatiana Santos, 44, que chegou no trabalho, em Vitória, com duas horas de atraso. “Atrapalhou muito. Se for para ser assim, é me-

lhor que os ônibus parem todos de vez, porque nesse caso a gente nem sai de casa”, disse.

Já a recepcionista Josi Ferreira, 25, não quis ter o mesmo problema e resolveu sair de casa quase duas horas mais cedo.

“Eu trabalho em Vitória e, com essa demora, fiquei com receio de não chegar a tempo. Com isso, achei melhor sair mais cedo de casa para evitar passar raiva”, contou.

O problema se repetiu na volta para casa, já no fim da tarde. No centro de Vitória, a espera foi grande, principalmente pelos ônibus do sistema municipal de Vitória. “Estou esperando uma das quatro linhas que vão para São Pedro, mas nenhuma passou”, afirmou o eletricista Itamar Oliveira, 48.

CENAS



PONTO DE ÔNIBUS em frente ao supermercado São José, em Carapina, na Serra, ficou lotado o dia todo.



LONGAS FILAS se formaram no fim da tarde no Terminal de Campo Grande, em Cariacica.



NO BAIRRO Porto de Santana, em Cariacica, o atraso teve consequência: ônibus mais lotados do que o comum.



UM CICLISTA passou pela reportagem com uma bicicleta extra para emprestar para o colega de trabalho, em Cariacica.

Penas inteligentes: força-tarefa de 20 pessoas cadastra processos no ES

03/12/2018 - 10h41



Previsão é de que 40 mil processos passem a tramitar em meio digital após a adesão ao sistema de Execução Unificada (SEEU)

Cerca de 20 pessoas, entre servidores e estagiários de Varas de Execuções Penais do Poder Judiciário Estadual, trabalharam, durante toda essa semana, em salas de treinamento da Escola da Magistratura (Emes). Eles integram a Força

Tarefa instituída pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) para a implantação das Guias de Execução Penal em trâmite nas Varas de Execução Penal deste Estado, no Sistema Eletrônico de Execução Unificada – SEEU.

A Força Tarefa vem recebendo orientações de uma equipe do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), formada por 11 pessoas, que está no Espírito Santo desde a última segunda-feira (26/11), com o objetivo de viabilizar a implantação do SEEU no Estado. Ou seja, ao mesmo tempo em que estão sendo treinados, os servidores e estagiários já estão cadastrando os processos. A previsão é de que cerca de 40 mil processos, que hoje tramitam em papel, passem a tramitar em meio digital até o fim da implantação do SEEU no Estado.

O Estado do Espírito Santo é o primeiro do país a receber o projeto do CNJ, por meio da Coordenadoria das Varas Criminais e de Execuções Penais, cujo Supervisor é o Desembargador Fernando Zardini Antonio.

Os trabalhos da Força Tarefa serão realizados, em princípio, até o dia 18 de dezembro, podendo se estender, caso seja necessário. Nesse primeiro momento, está sendo realizado o cadastro das guias de execução que tramitam na Vara de Execuções Penais de Vila Velha (regime semiaberto) e 8ª Vara Criminal de Vila Velha (regime fechado), totalizando de 9.500 a 10 mil processos. Em seguida, serão cadastradas as guias das 2ª Vara Criminal de Viana, 7ª Vara Criminal de Vitória (medidas e penas alternativas) e 9ª Vara Criminal de Vitória (regime aberto e livramento condicional).

Após a conclusão da implantação das guias de execução que tramitam na Comarca da Capital, será organizado o cronograma para o cadastramento daquelas em trâmite nas Varas de Execução Penal do interior.

A coordenação dos trabalhos está a cargo das Juízas de Direito Gisele Souza de Oliveira, Coordenadora das Varas Criminais e de Execuções Penais, e Graciela de Rezende Henriquez, que responde pela Vara de Execuções Penais de Vila Velha.

Segundo a Juíza Gisele Souza de Oliveira, Coordenadora das Varas Criminais e de Execuções Penais, com o novo sistema, o Poder Judiciário poderá fazer um controle rigoroso de prazos e beneficiar a todos os envolvidos com a execução penal, sejam advogados, promotores, defensores públicos, diretores de unidades prisionais, entre outros. "Esse trabalho é uma conjunção de energias que o Tribunal de Justiça do Espírito Santo está reunindo para poder dar um salto de qualidade na execução penal. Esse sistema eletrônico unificado será a única forma de movimentação processual e de tramitação dos documentos da execução penal, de modo que o Espírito Santo vai conhecer uma nova realidade em execução penal quando esse sistema estiver totalmente implantado, que vai gerar um controle maior da própria população carcerária, um controle dos prazos de prisão, de modo que nenhum interno do sistema fique um dia além dos dias que ele precisa para progressão", disse.

A magistrada também destacou a importância do trabalho que vem sendo realizado durante essa semana: "Nós apostamos em toda essa energia laboral que temos aqui: estagiários do PJES, servidores do PJES, internos do sistema prisional, servidores da SEJUS. Conseguimos reunir uma mão de obra motivada para fazer esse trabalho de cadastramento e implantação no sistema eletrônico."

Segundo a servidora da Vara de Execuções Penais de Vila Velha, Carla

Mileipe Festa, ao mesmo tempo em que estão sendo treinados, os integrantes da Força Tarefa estão transportando todas as informações do processo físico para o processo eletrônico, como digitalização de documentos, cadastro dos dados pessoais, condenações, entre outras informações.

"Temos neste momento duas frentes de trabalho uma aqui, na Corregedoria, da Vara de Execuções Penais de Vila Velha, cadastrando cerca de 5 mil processos, e uma na 8ª Vara Criminal de Vila Velha, onde cerca de 4.700 processos estão sendo cadastrados. Tudo que hoje tem no processo físico está sendo transportado. Isso representa um grande avanço. Com a modernização do processo, poderemos ter uma prestação jurisdicional muito mais célere, beneficiando toda a sociedade", destacou Carla.

Além de servidores e estagiários, a Força Tarefa conta com a ajuda de apenados, como Carlos Augusto Mendes Pereira, que comentou sua participação:

"É uma oportunidade para a gente remir a pena, contribuindo para o Poder Judiciário. Sou profissional da área, conheço bem o processo e se eu tenho essa qualificação e fui escolhido para contribuir com esse sistema, eu faço com muita satisfação, porque teremos uma facilidade para todos os internos do Brasil. O juiz vai poder dizer: você vai para o regime aberto tal dia, você vai progredir, você vai remir tantos dias. Ele já vai ter isso tudo através do processo eletrônico", destacou Carlos.

O Sistema SEEU

O Sistema Eletrônico de Execução Unificada – SEEU é o sistema de processamento de informações e prática de atos processuais relativos à execução penal, instituído pela Resolução nº 223, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O Sistema foi desenvolvido em parceria com o Tribunal de Justiça do Paraná e permite o controle informatizado da execução penal e das informações relacionadas ao sistema carcerário brasileiro em todo território nacional.

Entre os benefícios para a Justiça, destacam-se:

- 1) Visualização em uma única tela de informações como: processo, parte, movimentações e condenações;
- 2) Detalhamento do cálculo de pena, com explicitação de frações e agendamento automático dos benefícios previstos na Lei de Execução Penal;
- 3) Acompanhamento eletrônico dos prazos de progressão, oferecendo em tempo real o quadro das execuções penais em curso;
- 4) Pesquisa com indicativos gráficos para demonstrar a situação do sentenciado;
- 5) Produção de relatórios estatísticos que podem fomentar a criação de políticas públicas.

De acordo com informações do CNJ, o novo sistema permitirá um trâmite processual mais eficiente e proporcionará, por acesso direto pelo computador ou smartphone, a gestão confiável dos dados da população carcerária do Brasil.

Penas Inteligentes

O processo de implantação do SEEU nos tribunais faz parte do projeto chamado "Penas Inteligentes", para o qual o CNJ assinou recentemente termos de cooperação com o Poder Executivo, outros órgãos do Judiciário e entidades internacionais. O projeto prevê a retomada da nacionalização do SEEU, iniciada em 2016, e a sua integração entre com o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0 e o Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC).

Fonte: TJES

XII Encontro Nacional do Poder Judiciário inicia em Foz do Iguaçu/PR

03/12/2018 - 22h10



Da esquerda para a direita: Geraldo Dutra, Presidente da AMAPAR, Fernando Mendes, Presidente da Ajufe, Conselheiro do CNJ, Aloysio da Veiga, Humberto Martins, Corregedor Nacional de Justiça e Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Marlene Teresinha, Presidente do TRT 9, o Ministro do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Dias Toffoli, José Coêlho Ferreira, Presidente do STM, Marco Buzzi, ministro do STJ, Jayme de Oliveira, Presidente da AMB, Guilherme Feliciano, Presidente da Anamatra e Dr. César EdUARdo Ziliotto, Diretor Jurídico de Itaipu. FOTO: Agência CNJ

Nacional de Justiça, ministro Dias Toffoli, e do Corregedor Nacional de Justiça, ministro Humberto Martins: ministro Marco Aurélio Buzzi, Superior Tribunal de Justiça (STJ); ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Tribunal Superior do Trabalho (TST); Desembargador Renato Braga Bettega, o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR); ministro José Coêlho Ferreira, presidente do Superior Tribunal Militar (STM); Marlene Teresinha, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT 9); o conselheiro do CNJ Fernando Mattos; Guilherme Guimarães Feliciano, presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); Geraldo Dutra de Andrade Neto, presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), e o Diretor Jurídico da Itaipu, César Ziliotto.

Também participaram da solenidade os conselheiros: Aloysio da Veiga, André Godinho, Arnaldo Hossepian, Daldice Santana, Fernando Mattos, Henrique Ávila, Luciano Frota, Márcio Schieffler, Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva, Maria Tereza Uille, Valdetário Monteiro e Valtércio de Oliveira. Afastada por motivo de saúde, a conselheira Iracema do Vale não esteve no evento.

*Daniele Romaniuk Machado Dumas
Ascom TJPR*

A 12ª edição do Encontro Nacional do Poder Judiciário teve início nesta segunda-feira (3/12) em Foz do Iguaçu/PR. Participaram da cerimônia de abertura representantes dos 91 tribunais brasileiros, totalizando mais de 500 pessoas presentes.

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, no início da solenidade, destacou que esta é uma oportunidade para discutir os desafios e o aperfeiçoamento do Poder Judiciário. "Nós estamos aqui reunidos mais uma vez não só para debater as metas para os próximos dois anos (2019-2020), mas também para discutir melhorias para o sistema de Justiça. A sociedade espera muito do Poder Judiciário e tenho certeza de que, nestes dois dias, iremos avançar muito em busca de um futuro melhor".

O corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, afirmou que "o Conselho conta, hoje, com uma base sólida e confiável que tem permitido um planejamento estratégico para o estabelecimento de metas. Há pouco mais de dois meses à frente da Corregedoria, tenho buscado tornar a Justiça cada vez mais rápida e célere".

Em breves palavras, o presidente da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), Fernando Mendes, salientou que incentiva e apoia a realização desses eventos. "Buscamos além da eficiência do sistema a transparência de suas ações. Esses são os maiores propósitos".

Jayme de Oliveira, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), ressaltou em seu discurso a importância do diálogo com o CNJ. "Nós temos uma oportunidade única e rara, esse encontro é um exemplo disso. Reunimos aqui sob o seu comando, ministro Dias Toffoli, as principais autoridades dos tribunais e os melhores servidores nas áreas correspondentes. É uma oportunidade da construção pelo diálogo e pelo consenso de um Judiciário melhor. Este é um momento diferenciado, porque temos um Conselho Nacional de Justiça com integrantes da mais alta qualidade técnica e, além de tudo, são integrantes abertos ao diálogo".

Participação na abertura

Com a presença de representantes dos 91 tribunais de todo o país, a abertura do evento contou em sua mesa de abertura, além do presidente do Conselho



Passageiros no Terminal de Itacibá durante a greve dos rodoviários em dezembro do ano passado: terminais ficaram lotados de pessoas esperando os coletivos

| GREVE DOS RODOVIÁRIOS |

FORÇA-TAREFA PARA 650 MIL TEREM ÔNIBUS

Justiça determina que 70% da frota circule nos horários de pico

▲ NATALIA DEVENS
▲ CAÍQUE VERLI

Uma força-tarefa para garantir a circulação de ônibus durante a greve dos rodoviários, que começa hoje, foi articulada com policiais militares e a Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo (Ceturb-ES). Em média, 650 mil passageiros utilizam o transporte público na Grande Vitória por dia.

A mobilização ficou programada para ter início às 4 horas, horário em que também já começaria a funcionar o gabinete de gestão de crise da PM.

O objetivo é que os trabalhadores do transporte público cumpram uma decisão liminar, expedida ontem pelo Tribunal Regional do Trabalho ontem, que determinou que 70% dos ônibus circulem nos horários de pico,

que são de 6 às 9 horas, e de 17 às 20 horas. Fora dos horários de pico, a circulação deverá ser de 50%.

O desembargador autorizou que esta decisão sirva de mandado, de modo que, para sua implementação, poderá haver o uso da força policial.

Segundo o representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL), Lúcio Lima, o Sindicato dos Rodoviários (Sindirodoviários) vai recorrer da decisão judicial.

“É um número muito alto e que inviabiliza o nosso direito de greve. Ainda não vi a decisão, mas vamos recorrer sim. Vamos cumprir a decisão, é claro, mas entraremos com um recurso”, afirmou.

ARTICULAÇÃO

Em coletiva de imprensa ontem, o secretário de Se-



Nylon Rodrigues durante coletiva ontem

gurança Pública, Nylon Rodrigues, anunciou que a PM estará em todos os terminais e garagens de ônibus, e em pontos estratégicos das principais vias. “O serviço de inteligência também está empenhado para monitorar, fotografar e gravar imagens. A Companhia Independente de Missões Especiais estará de prontidão. Faço um apelo aos motoristas para que cumpram a liminar”, disse.

Segundo o diretor-presidente da Ceturb, Alex Mariano, dos 1.426 ônibus da frota, 898 devem estar circulando nos horários de pico. “Fizemos um desenho de operação, com atendimento linear, contando com todas as linhas alimentadoras, para que todos os bairros sejam atendidos. Há linhas que tem só um ônibus, e vai ter que se manter”.

Ele ressaltou que, caso necessário, uma frota reserva, com 45 ônibus, será acionada para auxiliar no funcionamento do sistema Transcol.

“Vamos monitorar nossa equipe nos terminais, em nossos sistema central de informação, para ver se o percentual está sendo cumprido. Se detectarmos irregularidade, comunicamos os consórcios, que poderão registrar um auto de infração”, declarou Mariano.

GREVISTAS NÃO PODEM FAZER

CONFIRA OS DETALHES DETERMINADOS PELA JUSTIÇA

► Mantenha, em todas as linhas e itinerários, com os respectivos motoristas e cobradores, a partir da zero hora do dia 03/12/2018, nos horários de pico (das 6h às 9h e das 17h às 20h), no mínimo, 70% da frota de ônibus em circulação; e, nos horários normais, 50%, para o atendimento mínimo necessário à comunidade;

► Não coaja ou impeça os trabalhadores que não queiram aderir ao movimento de trabalhar;

► Não pratique ato de vandalismo, como destruição de bens públicos ou particulares;

► Não promova reuniões ou passeatas nas vias públicas de acesso preferencial de modo a impedir a circulação de pessoas e de qualquer tipo de veículos automotores;

► Não bloqueie as entradas/garagens das empresas prestadoras de serviço de transporte público municipal ou intermunicipal de sua base territorial ou da base de outros sindicatos da categoria dos rodoviários.

► O descumprimento, ainda que parcial, da presente liminar acarretará a incidência de multa diária no valor de R\$ 200.000.

| GREVE DOS RODOVIÁRIOS |

Categoria quer 4% de reajuste e decide pela greve a partir de hoje

Trabalhadores também vão recorrer de decisão da Justiça sobre a circulação dos ônibus

CAÍQUE VERLI
cv305usa@redgazeta.com.br

Os rodoviários recusaram a mais recente proposta das empresas de ônibus de concessão de reajuste salarial de 3% e decidiram manter a greve a partir das 0h de hoje. A decisão foi tomada em assembleia realizada na manhã de ontem.

Os trabalhadores querem 4% de reajuste, referente à inflação oficial, mais ganho real tanto nos salários quanto no ticket-alimentação, e pedem que o plano de saúde, que hoje é pago de forma participativa, seja integralmente custeado pelas empresas. Eles ainda reivindicam o fim da modalidade de contratação de rodoviários em jornada de trabalho reduzida, conhecidos por "motoristas de baixa renda".

Na assembleia, o Sindicato dos Rodoviários disse que apenas 30% dos ônibus circulariam durante a greve, que é por tempo indeterminado, como ordena a lei em casos de paralisação no transporte público. No entanto, horas depois, a Justiça expediu uma liminar, determinando que 70% dos ônibus circulem nos horários de pico e 50% nos demais horários.

O presidente do sindicato, José Carlos Salles, disse que vai cumprir a liminar, mas o Sindirodoviários afirma que vai recorrer da decisão.

"A gente tem uma res-



Rodoviários se reuniram em assembleia no Centro, na manhã de ontem, e decidiram manter a greve



Rodoviários recusaram a proposta das empresas de ônibus de reajuste de 3%

ponsabilidade muito grande com a população, mas infelizmente tentamos conseguir algo que pudesse ser recebido bem pela categoria e não deu certo. E a única arma que o trabalhador tem para conquistar seus direitos é a greve", argumentou Salles.

De acordo com o representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL), Lúcio Lima, que

está no Estado para acompanhar o movimento, mais de 300 trabalhadores participaram da assembleia. Todos os presentes votaram pela manutenção da greve.

QUEIXAS

O motorista de ônibus Flávio Santos diz que será difícil pagar as contas se não tiver um aumento.

"Está difícil para todo mundo. A categoria quer um aumento para dar uma

melhor condição de vida para a família, para ter possibilidade de fazer uma faculdade, estudar mais, mas não estamos sendo atendidos. Ficamos tristes, ainda mais em um cenário de tanta insegurança, tanta violência nos ônibus", desabafou.

O Sindirodoviários já tinha publicado o edital de paralisação, mas convocou a assembleia para analisar a proposta feita

pelos empresários após a divulgação da greve.

Uma nova rodada de negociação entre os rodoviários e as empresas está marcada para a tarde de hoje, na sede do Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitano da Grande Vitória (GVBus).

Por nota, o GVBus lamentou a decisão de manter a greve e disse que as empresas sempre estiveram dispostas a negociar com os trabalhadores, já que o transporte público é um serviço essencial para a população, que não pode ser prejudicada.

"Esperamos mais uma vez que o Sindirodoviários aja com bom senso e respeite a determinação judicial, e mais que isso, opere com 100% da frota, já que na audiência de conciliação realizada na última sexta-feira, no TRT-ES, ficou agendada uma nova rodada de negociação amanhã, às 14 horas", finalizou a nota.



José Lino Sepulcri, presidente da Fecomércio

Comércio estima prejuízo milionário

A Federação do Comércio no Estado (Fecomércio-ES) estima que a paralisação da circulação dos ônibus na Grande Vitória, a partir de hoje, pode gerar uma queda de movimentação nas lojas em torno de 30 a 40%, variando de acordo com a localização do comércio.

A estimativa inicial é de que o prejuízo chegue a casa dos R\$ 8 milhões por dia. O cálculo levou em consideração os principais municípios atingidos pela greve de ônibus - Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana -, o PIB diário do comércio de cada uma destas cidades e o percentual de queda no fluxo de consumidores.

"É um prejuízo enorme que vamos dar ao nosso Estado, aos comerciantes. Todos perdem. As famílias estarão privadas de poder se deslocar, o comerciante não vai vender, o Estado não vai recolher", questionou José Lino Sepulcri, que preside a Federação.

Outros impactos ao comércio e aos serviços, apontados pela Federação são os atrasos ou até mesmo a ausência dos funcionários aos locais de trabalho por dependerem desse tipo de transporte.

Já aqueles que optarem por buscar os funcionários em casa, custeando uma condução alternativa, terão um custo maior. Tudo isso, seguindo avaliação da Fecomércio, irá impactar o resultado do mês de dezembro.

Hartung pede que rodoviários rodem com a frota definida

O governador Paulo Hartung fez um apelo na tarde de ontem, por vídeo, para que os rodoviários circulem durante a greve, seguindo o que foi decidido pela Justiça estadual, que determinou que 70% da frota deve circular no horário de pico e 50% no decorrer do dia.

Em sua fala Hartung disse: "Quero fazer um apelo aos motoristas do Trans-

col, do nosso transporte coletivo. Vamos manter os 70% do horário de pico em funcionamento, como determinou a Justiça".

Ele destacou que isto é importante por estarmos no final de ano. "É uma hora em que os pequenos comerciantes podem obter algum resultado, ainda nesse momento difícil que passa o Brasil. É a hora em que nos-

os estudantes estão concluindo mais um ano do seu ciclo educacional. De qualquer forma, o transporte coletivo é essencial para a vida do nosso povo. Por isso, fica aqui o meu apelo. Meu apelo é o bom senso", disse. "Eu tenho certeza, que a instância judicial, ao fim e ao cabo, vai decidir um equilíbrio na relação entre patrões e empregados."



Hartung pediu bom senso em vídeo divulgado ontem



“Pego o ônibus às 5h30, mas ele só passou às 6h20. Cheguei ao Terminal de Vila Velha e estou sem saber que horas vou conseguir chegar ao serviço”

ROSELI GONÇALVES
AUXILIAR DE FARMÁCIA



“Quase perdi a paciência no Terminal de Laranjeiras, na Serra. Foi difícil. Cheguei aqui às 5 horas e só fui pegar o ônibus às 6 horas. Em um dia normal, espero 20 minutos”

CÁTIA HELENA DOMÉSTICA



“Geralmente saio 5h50 de casa e hoje (ontem), às 5 horas, já estava no ponto de ônibus aguardando. Como eu tinha prova na faculdade, não poderia me atrasar”

FERNANDA NASCIMENTO
ESTUDANTE DE DIREITO



“Eu moro em Viana e trabalho em Cariacica. Estava em um ponto de ônibus e fiquei lá uma hora e meia. Mudei para outro e estou há 40 minutos esperando”

ADRIANA SILVEIRA CAIXA



“Está um trânsito terrível. Fiquei esperando mais de uma hora para conseguir pegar um ônibus para o trabalho, mas desisti de ir. Achei melhor voltar para casa”

MARIA JOSÉ LOMBARDI
PROFESSORA



“Você fica o ano todo esperando chegar este momento para as pessoas fazerem compras com o 13º salário, mas aí começa a greve de ônibus. Está uma paradeira no comércio”

DÉCIO ETORI EMPRESÁRIO

| ÔNIBUS |

EMPRESAS VÃO À JUSTIÇA PEDIR ILEGALIDADE

Trabalhadores não teriam mantido frota necessária circulando

RAQUEL LOPES
rlopes@redgazeta.com.br

O GVBus entrou com pedido de dissídio coletivo de greve no Tribunal Regional do Trabalho (TRT-ES) ontem. Nele, foi solicitado que seja decretada a abusividade do movimento, com corte de ponto dos dias parados. Paralelo ao dissídio (que acontece amanhã, às 13h30), o sindicato patronal também entrou com uma petição no TRT-ES de descumprimento de liminar.

Segundo o GVBus, o número de ônibus que circulou foi menor que o determinado pela Justiça. A ordem é que 70% dos coletivos estejam nas ruas nos horários de pico, que são das 6h às 9h, e das 17h às 20h. Fora isso, em outros horários, a circulação deverá ser de 50%.

O GVBus aponta que de 5h às 6h, quando 50% dos coletivos deveriam estar nas ruas, apenas 24% dos 1.426 coletivos da frota saíram das garagens. De 6h às 9h, o quantitativo de veículos circulando não teria passado de 63%.

O sindicato patronal pe-



CARLOS ALBERTO SILVA

Lotação

Com um menor número de ônibus circulando, os carros que saíam dos terminais ficavam cheios. O jeito foi se apertar dentro do coletivo, em Campo Grande.

diu ainda que o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado do Espírito Santo (Sindirodoviários) pague multa diária de R\$ 200 mil por desobedecer decisão judicial e que o TRT-ES aumente o valor da multa.

O TRT disse que o pedido de ilegalidade por descumprimento da liminar ainda não consta no processo e, as-

sim, não há informação sobre quando haverá decisão sobre isso.

O presidente do Sindirodoviários, José Carlos Cardoso, negou a informação da GVBus. Segundo ele, a determinação da Justiça foi cumprida. “Os policiais estão nas portas da garagem para garantir que a decisão seja cumprida, nós estamos fazendo o que

foi proposto. Eu acho que quem não está cumprindo a determinação é a Ceturb e as empresas. Eles precisam passar a lista de quem está nas garagens e não estão passando”, disse.

ACORDO

Na tarde de ontem, uma reunião entre os rodoviários e empresas de transporte coletivo terminou sem acordo.



CARLOS ALBERTO SILVA

Ponto cheio

Passageiros esperam por ônibus em ponto no bairro Tabajara, em Cariacica. Teve quem saiu de casa na madrugada para tentar chegar ao trabalho no horário correto.

O GVBus realizou uma nova proposta oferecendo reajuste linear de 3% no salário, no ticket-alimentação e no plano de saúde. Mas a nova proposição foi recusada pelo Sindirodoviários. Essa é a terceira proposta feita pelas empresas, a primeira foi o reajuste linear de 2% no salário, no ticket-alimentação e no plano de saúde, e a segunda foi de reajuste de

3% apenas no salário.

O Sindirodoviários pede reajuste no salário de 4% de inflação mais o ganho real, plano de saúde integral e um aumento de R\$ 2,50 em cada dia do ticket-alimentação (são 26 por mês). Atualmente, o salário de motorista é de R\$ 2.228 e do cobrador de R\$ 1.150. Já o ticket-alimentação é de R\$ 696.

Reportagem Especial



ASSEMBLEIA COM OS RODOVIÁRIOS, no centro de Vitória, ontem, confirmou greve por tempo indeterminado, após a categoria recusar 3% de reajuste

GREVE DOS RODOVIÁRIOS

Justiça ordena 70% dos ônibus nos horários de pico

Setença determina que 998 ônibus estejam nas ruas das 6 às 9 horas e das 17 às 20 horas para atender aos 700 mil passageiros

Lucas Rezende
Rafael Gomes
Weslei Radavelli

Para garantir "o mínimo necessário" aos 700 mil passageiros de ônibus da Grande Vitória, a Justiça determinou que 70% dos coletivos circulem nos horários de pico durante a greve

de motoristas e cobradores de ônibus, que foi decidida em assembleia da categoria ontem e começou a 00h01 de hoje.

Em sentença, o desembargador federal do Trabalho José Luiz Serafini disse que "a paralisação gera evidente tumulto à ordem pública e prejuízo à população capixaba".

Por isso, ordenou que 70% da frota, que é 1.426 veículos, deve circular nos horários de pico. Isto é: 998 ônibus precisam estar nas ruas das 6 às 9 horas e das 17 às 20 horas.

Nos demais horários, a sentença determina que os rodoviários circulem com metade da frota, ou seja, com 713 veículos.

No despacho, Serafini ponderou

que o movimento é um justo "exercício pelos trabalhadores de pressionarem os empregadores no intuito de obterem melhores condições de trabalho."

Mas, ainda assim, determinou que nenhum grevista impeça os rodoviários que não queiram aderir ao movimento de trabalhar.

O desembargador determinou ainda que os grevistas não bloqueiem as garagens das empresas. E completou: "Que não promovam reuniões ou passeatas nas vias públicas de acesso preferencial, de modo a impedir a circulação de pessoas e de qualquer tipo de veículo".

Caso descumpra essas regras, o Sindicato dos Trabalhadores em

Transportes Rodoviários no Estado do Espírito Santo (Sindirodoviários) estará sujeito a multa diária de R\$ 200 mil e ações policiais.

Os rodoviários pedem aumento de pelo menos 4% no salário, mais um ganho real. Querem também reajuste no ticket-alimentação e plano de saúde integral. Os empresários de transporte oferecem, até o momento, 3% de reajuste - oferta recusada em assembleia realizada na manhã de ontem.

Em ação cautelar, os empresários pediram que 100% da frota circulasse. Em edital, os rodoviários prometeram deixar 70% da frota parada na garagem. Serafini, portanto, não atendeu a nenhuma das partes envolvidas.

O QUE DIZ A SENTENÇA DO DESEMBARGADOR

Frota mínima

"Que o sindicato mantenha, em todas as linhas e itinerários, com os respectivos motoristas e cobradores, a partir da zero hora do dia 03/12/2018, nos horários de pico (das 06h00min às 09h00min e das 17h00min às 20h00min), no mínimo, 70% (setenta por cento) da frota de ônibus em circulação; e, nos horários normais, 50% (cinquenta por cento), para o atendimento mínimo necessário à comunidade."

Coação

"Que não coaja ou impeça os trabalhadores que não queiram aderir ao movimento de trabalhar."

Vandalismo

"Que não pratique ato de vandalismo, como destruição de bens públicos ou particulares."

"Que não promova reuniões ou passeatas nas vias públicas de acesso preferencial, de modo a impedir a circulação de pessoas e de qualquer tipo de veículos automotores."

Bloqueios

"Que não bloqueie as entradas/garagens das empresas prestadoras de serviço de transporte público municipal ou intermunicipal de sua base territorial ou da base de outros sindicatos da categoria dos rodoviários."

Multa

"Para implementação da presente ordem, fica, desde já, autorizado que sirva a presente decisão de mandado, bem como, caso necessário, o uso da força policial. O descumprimento, ainda que parcial, da presente liminar, acarretará a incidência de multa diária no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a ser revertida em favor do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e suportada pelo sindicato profissional, sem prejuízo de apuração da responsabilidade criminal, civil e processual."

Fonte: Despacho do desembargador federal do Trabalho José Luiz Serafini.



"QUE NÃO BLOQUEIE
ENTRADAS, GARAGENS
DAS EMPRESAS"

José Luiz Serafini, desembargador

ENTENDA A GREVE

1.426 VEÍCULOS TEM A FROTA

JUSTIÇA DETERMINA:

HORÁRIO DE PICO

(06h-09h / 17h-20h)

70% DA FROTA: 998 veículos

DEMAIS HORÁRIOS

50% DA FROTA: 713 veículos

Frota extra

Corresponde a 5% da frota operante e vai rodar junto à frota limitada.

Horário de pico

Mais 49 carros

Demais horários

Mais 35 carros

USUÁRIOS

700 MIL PASSAGEIROS,

aproximadamente, usam transporte coletivo na Grande Vitória.

550 MIL,

aproximadamente, são usuários do Transcol. Os demais utilizam sistemas municipais de Vitória e Vila Velha.

REIVINDICAÇÕES

> RODOVIÁRIOS ENTRARAM em greve à 00h01 de hoje pedindo reajuste no salário de motoristas e cobradores, no ticket-alimentação e no plano de saúde, dentre outras reivindicações.

SALÁRIO

> O SALÁRIO, hoje, está na faixa de R\$ 2.200 para motoristas de ônibus. Já o dos cobradores, em torno de R\$ 1.150.

> OS RODOVIÁRIOS querem, pelo menos, reajuste de 4% — que é a inflação —, mais ganho real.

PLANO DE SAÚDE

> A CATEGORIA quer que o plano de saúde, que hoje é pago de forma participativa, seja pago integralmente pelas empresas de ônibus.

TIQUETE

> OS RODOVIÁRIOS pedem um aumento de R\$ 2,50 em cada folha de ticket-alimentação (são 26 por mês), que, no total, dá R\$ 696.

JORNADA REDUZIDA

> PEDEM AINDA a não contratação de trabalhador em jornada reduzida — conhecidos como "motorista baixa renda".

PROPOSTA

> EMPRESÁRIOS, que haviam proposto 2% de reajuste, agora estão oferecendo aumento de 3%.

REUNIÃO

> ESTÁ MARCADA para acontecer hoje uma reunião entre os rodoviários e empresários do transporte na sede do GVBUS, em Vitória, às 14 horas.



“Moro em Morada da Barra e trabalho em Aribiri, Vila Velha. Só foi mais tranquilo pegar o ônibus porque acordei uma hora antes com medo de atrasar”

SAMARA ROCHA SILVA
AUXILIAR DE PADARIA



“Falam que estão circulando 70% da frota, mas é mentira. Há linhas que nem estão passando. Geralmente chego 17h40 em casa, mas hoje (ontem) nesta hora ainda estou no terminal”

RENI BARBOSA ZELADORA



“Preciso chegar ao trabalho para a troca do plantão. Acho que os rodoviários têm que parar tudo ou liberar a roleta. Desse jeito que está, todo mundo perde”

HOZANA MACHADO
CUIDADORA DE IDOSOS



“Fui andando da Glória até o Terminal de Vila Velha. Ninguém obedece à fila e, quando um ônibus para, é aquela correria. É perigoso até machucar alguém”

MARLI FRAGA PODÓLOGA



“Hoje está difícil. Moro em Vila Batista, em Vila Velha, e tem tempo que estou no ponto em Carapina, na Serra. Os ônibus estão passando lotados”

ANNEALA CORRÊA MASCARENHAS AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS



“Moro em Campo Belo, em Cariacica, e tive que pegar uma carona até o Centro de Vitória. De lá, consegui pegar o ônibus para o trabalho em Carapina, na Serra”

MORENO RODRIGUES TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



RICARDO MEDEIROS

Terminal de Vila Velha ficou lotado no fim da tarde, quando muita gente voltava para casa do trabalho e do estudo

| ÔNIBUS |

Desrespeito às filas e correria na volta para casa

Entre reclamações pela espera de até uma hora, tentativa era de garantir lugar nos ônibus

▲ **LARA ROSADO**
▲ **NATALIA BOURGUIGNON**

A volta para casa foi complicada ontem entre o fim da tarde e o início da noite para a população que depende dos ônibus na Grande Vitória. Na Serra, passageiros reclamaram de ter que esperar até uma hora para conseguir chegar no Terminal de Laranjeiras. Já no Terminal de Vila Velha, muitos desrespeitaram as filas para garantir um lugar nos coletivos.

“Eles falam que está circulando 70% da frota no ho-

rário de pico, mas isso é mentira. As 17h40 eu já estaria dentro de casa, mas já deu essa hora e eu ainda estou no Terminal de Laranjeiras”, contou ontem a zeladora Reni Barbosa, de 50 anos, que mora em São Marcos, na Serra.

Para tentar ajudar a funcionária, o patrão de Talita Freire, 27, a dispensou mais cedo do serviço. “Meu horário seria até 20h30, mas fui liberada às 17h. Tem mais de uma hora que estou esperando um ônibus para ir para Eldorado, na Serra.”

No desespero de conseguir entrar no ônibus, muitos passageiros desrespeitaram as filas no Terminal de

Vila Velha. “ Vim andando da Glória até o terminal porque não tinha ônibus passando. Quando um para é aquela correria, perigoso até machucar alguém”, comentou a podóloga Marli Fraga, 43.

Para não perder a consulta com o neurologista, em Laranjeiras, na Serra, a aposentada Thereza Herler, 69, precisou encarar a greve dos rodoviários. “Não tinha como remarcar. Esperei uma hora no ponto. Vai saber que horas vou chegar em casa.”

A auxiliar de serviços gerais Anneala Corrêa Mascarenhas, 33, estava incomodada com a demora no ponto em frente a um hospital em Carapina, na Serra. “Está

muito difícil. Os ônibus estão passados lotados.”

Como passou sufoco para chegar no trabalho, a doméstica Cláudia Oliveira, 38, vai ter que compensar o atraso. “Agente não tem culpa da greve. Eles têm o direito de pedir aumento, mas quem trabalha depende deles.”

A auxiliar de serviços gerais Lídia Gomes da Silva também enfrentou dificuldades para chegar em casa. “Geralmente demoro uma hora, mas hoje (ontem) é uma hora só de espera. Nem consigo ligar para casa para falar que estou atrasada porque meu celular descarregou.”

Corridas de aplicativos ficaram 40% mais caras

▲ Com o número reduzido de ônibus, muitas pessoas tiraram o carro da garagem, causando engarrafamento em alguns pontos da Grande Vitória. A procura por corridas de aplicativo foi grande e, segundo o presidente da Associação dos Motoristas por Aplicativos do Espírito Santo (Amapes), Luiz Fernando Müller, o preço chegou a ficar 40% mais alto que o normal.

Ele explica que os valores mais altos foram de 7h às 10h. “O trânsito estava muito engarrafado e as corridas ficaram demoradas. Isso encareceu o valor delas”, destaca.

ESCOLAS

Apesar dos transtornos causados pela greve, as es-

colas na Grande Vitória funcionaram normalmente, segundo a Secretaria de Estado da Educação (Sedu). “As escolas da rede estadual estão seguindo o calendário escolar vigente”, disse.

O presidente do Sindicato das Empresas Particulares de Ensino (Sinepe), Moacir Lellis, afirma que o calendário seguirá normal nas escolas particulares. “Não tivemos registro de pessoas que chegaram atrasadas, mas a greve preocupa porque estamos em período de provas”.

A Ufes, UVV, Faesa e Estácio também seguiram o calendário. “Os alunos que não chegaram no horário, não serão prejudicados”, relatou a UVV, em nota.



MARCELO PREST

No ponto, disputa para entrar nos ônibus

Reportagem Especial



REFORÇO POLICIAL EM TERMINAL: objetivo é garantir que a frota mínima estipulada por lei seja cumprida

GREVE DOS RODOVIÁRIOS

PM vai agir hoje em todos os terminais e garagens

A Polícia Militar vai agir hoje em todos os terminais de ônibus e garagens de empresas de transporte da Grande Vitória para fazer valer as ordens da Justiça contra piquetes, bloqueio de vias, impedimentos de circulação de ônibus e vandalismo durante a greve dos rodoviários. E não é só: o Serviço de Inteligência da PM, da Polícia Civil e da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Sesp) também estará espalhado pelos terminais e garagens. Os homens da inteligência vão monitorar, fotografar e gravar vídeos durante a paralisação. As informações são do secretário da Sesp, Nylton Rodrigues. Desde as 4 horas de hoje, o gabinete de crise da PM está ativado, com a presença do comandante-geral

da Polícia Militar, coronel Alexandre Ramalho, e de seus assessores. “Esse gabinete de gerenciamento de crise está totalmente integrado com a operação da Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo (Ceturb/ES). Há comunicação on-line, para que possamos dar as respostas necessárias”, explicou Nylton. Os pontos mais críticos, segundo o diretor-presidente da Ceturb/ES, Alex Mariano, são os terminais de Laranjeiras, na Serra; de Vila Velha; de Jardim América e de Itacibá, em Cariacica. **A Tribuna** já havia adiantado que são dois focos de atuação: os terminais e as garagens dos ônibus — onde a PM vai atuar na garantia de que os motoristas e cobradores que desejarem trabalhar e circular

com coletivos possam fazê-lo, apesar do possível impedimento dos grevistas. E também para garantir que a frota mínima estipulada por lei seja cumprida. Já no caso dos terminais, o objetivo é evitar maiores transtornos para a população. “Faço um apelo para que os motoristas cumpram a liminar para que nós possamos atender às necessidades da população, que não tem culpa de nada, das insatisfações salariais, das divergências entre funcionários e patrões.” Já a Polícia Civil, por meio da Delegacia Especializada de Crimes Contra os Transportes de Passageiros, garantiu que, em quaisquer casos nos quais a determinação da Justiça não seja respeitada, irá realizar encaminhamentos e autuações de delitos.

Choque está de prontidão

Questionado por **A Tribuna** se a Companhia Independente de Missões Especiais (CIMEsp) — espécie de Tropa de Choque da Polícia Militar — agirá durante a greve dos rodoviários, o secretário de Estado da Segurança Pública, Nylton Rodrigues, garantiu que a tropa está de prontidão e, se neces-

sário, vai atuar. A CIMEsp é um grupo de elite da PM que adota táticas e técnicas especiais em situações que exigem atuação especializada, como em ações de controle de distúrbios civis e em ocorrências de alta complexidade. Ainda segundo Nylton Rodrigues,



AÇÃO POLICIAL: grupo de elite da Polícia Militar poderá agir em conflitos

gues, os rodoviários que descumprirem os pontos da liminar — que, inclusive, prevê “o uso da força policial” — serão devidamente detidos. Para tanto, o serviço de inteligência, que vai monitorar, filmar e fotografar terminais e garagens, será essencial e de grande valia. A PM, quando necessário, atua em greves para conter conflitos. Em dezembro do ano passado, quando os rodoviários também fizeram greve, a Polícia Militar foi para as portas das garagens quando os rodoviários adiaram o movimento de paralisação para depois do Natal para garantir a ordem e circulação de carros. Já na greve de novembro 2016, PMs tiveram de agir no Terminal de Campo Grande, em Cariacica. Passageiros revoltados fizeram um protesto e houve confusão generalizada. A Polícia Militar teve de usar spray de pimenta para conter os ânimos.

Guardas vão ajudar polícia

A Guarda Municipal de Vila Velha vai acompanhar de perto a situação no município, neste primeiro dia de greve dos rodoviários. Com dois terminais do sistema Transcol funcionando em seu território, Vila Velha terá equipes espalhadas para evitar qualquer tumulto que possa acontecer. De acordo com o coronel Emmerich, secretário de Prevenção, Combate à Violência e Trânsito de Vila Velha, os terminais e as garagens das empresas de ônibus, instaladas na cidade, receberão patrulhamento preventivo hoje. Além desses pontos, o coronel explicou que a corporação irá observar outros de grande aglomeração e o possível aumento no fluxo de veículos. “Estaremos nos terminais e nas garagens de ônibus, onde costumam

acontecer piquetes dos grevistas, observando e auxiliando a polícia a manter a ordem e evitar tumultos. Como as aulas estão mantidas na rede municipal, a tendência é que, sem ônibus, haja um movimento maior de veículos nas ruas. A previsão de chuva também pode contribuir para o aumento no volume de carros”, explicou. Ainda segundo o coronel, a Guarda vai observar também as saídas para as pontes que ligam a cidade até Vitória e Cariacica, e também a região da Glória. Já a Guarda Municipal da Serra estará nas ruas para fortalecer a ostensividade e a segurança da população, como já faz diariamente, atuando principalmente nos pontos de maior gargalo do trânsito e se colocando à disposição da Polícia Militar, caso seja necessário. Procurada, a Guarda Municipal de Vitória disse, por meio de nota, que vai continuar atuando prioritariamente nos equipamentos municipais, como escolas, unidades de saúde, praças e parques, mas poderá ser acionada por meio do Centro Integrado Operacional de Defesa Social (Ciodes) e agir em parceria com a Polícia Militar.

“Estaremos nos terminais e nas garagens, onde acontecerem piquetes”

Coronel Emmerich, secretário de Combate à Violência de Vila Velha

Frota mínima monitorada

Fiscais da Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo (Ceturb/ES) vão ajudar a monitorar se a frota mínima determinada pela Justiça está sendo cumprida. A conclusão do primeiro dia, no entanto, só será possível amanhã, a partir do número de ônibus que circularam. A fiscalização será feita apenas nos terminais, de modo a conseguir acompanhar as linhas alimentadoras e troncais. Diretor-presidente da Ceturb/ES, Alex Mariano disse que, uma vez detectada que a liminar não está sendo cumprida, as empresas poderão ser comunicadas. Além disso, a Ceturb/ES montou uma operação para que todos os bairros da Grande Vitória sejam atendidos por ônibus — ainda que na frota reduzida por causa da greve dos rodoviários.

Para tanto, fiscais vão monitorar terminais com um sistema central de informações, verificando linhas — no horário de pico — que precisem de frota reserva ou extra para amenizar a superlotação ou tempo de espera em pontos de terminais. “A sensibilidade dos fiscais é importante com o aumento de filas. Eles se comunicam entre si e acabam fazendo mudanças de ônibus para determinadas linhas”. A frota reserva — que já existe — é de aproximadamente 5% sobre a frota operante. Ou seja: serão 49 ônibus a mais nos horários de pico e 35 a mais nos demais horários. Segundo Mariano, haverá foco para o Terminal de Vila Velha, que absorve passageiros do Terminal de Itaparica, que está fechado; e os terminais de Laranjeiras e Carapina, na Serra, pelo grande fluxo de passageiros.

OPINIÕES



“Nosso papel é fazer a decisão judicial ser cumprida. Forças policiais estão orientadas para isso”

Nylton Rodrigues, sec. da Segurança



“Nós vamos apurar durante o dia. Se a frota mínima não for cumprida, vamos notificar os consórcios”

Alex Mariano, diretor da Ceturb/ES

GREVE DOS RODOVIÁRIOS

“Trabalhador que furar o movimento será um traidor”

Afirmção é do sindicalista Lúcio Lima, que disse ainda que funcionário será responsabilizado caso não participe de greve

Trabalhador que furar o movimento será um traidor. Se a gente descobrir, ele terá de assumir a responsabilidade”. A afirmação é do membro da Confederação dos Trabalhadores em Transportes Lúcio Lima e foi dita ontem, durante a assembleia que aprovou a greve dos rodoviários a partir de hoje.

Lima disse que membros do Sindirodoviários vão estar durante todo o dia em frente às garagens das empresas para garantir que 70% da frota de ônibus não vá para a rua. Ele garantiu que não haverá bloqueio para impedir a saída dos coletivos, e sim “um trabalho de convencimento dos motoristas”.

Questionado pela reportagem qual seria a “responsabilidade” que os rodoviários que não aderirem à greve iriam assumir, como ele havia dito durante o discurso, Lima destacou:

“Se a categoria for derrotada, esse companheiro será mal visto pelos trabalhadores, pois o crédito do possível insucesso do movimento será dado a ele”, afirmou.

Ele disse, também, que já espera pressão por parte de algumas empresas. “Em algumas empresas, a chefia é mais intensa e vai querer colocar os companheiros para rodar. Muitos acabam cedendo à pressão do patrão e isso enfraquece o movimento e coloca em risco o trabalhador que aderiu à greve. Vamos impedir que isso aconteça”, disse.

Em seu discurso, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no



LIDERANÇAS DOS RODOVIÁRIOS fizeram alerta para a categoria sobre a participação de todos durante a greve

Estado do Espírito Santo (Sindirodoviários), José Carlos Sales, também condenou a atitude de quem não adere à greve: “Trabalhador que puxa saco de patrão é pelego. Não aceitamos”, disse.

Os rodoviários pedem 4% de reajuste nos salários, referente à inflação, mais um ganho real, que não teve seu valor divulgado, além de aumento no ticket-alimenta-

ção de motoristas e cobradores.

Os trabalhadores querem, ainda, que o plano de saúde deixe de ser pago de forma participativa pelos funcionários e passe a ser pago de forma integral pelas empresas.

“Fizemos várias negociações e

em momento algum houve acordo. Como a categoria rejeitou a proposta, a greve está mantida. Vamos seguir buscando uma proposta melhor para o trabalhador”, disse o presidente do Sindirodoviários durante assembleia.

O OUTRO LADO

Disposição para negociar

O Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitano da Grande Vitória (GVBus) ressaltou, por meio de nota, que as empresas sempre estiveram dispostas a negociar com os trabalhadores, já que o transporte público é um serviço es-

encial para a população.

“Esperamos, mais uma vez, que o Sindirodoviários aja com bom senso e respeite a determinação judicial e, mais do que isso, opere com 100% da frota”, disse o comunicado enviado à reportagem.

Prefeituras decidem manter aulas normalmente

Mesmo com a greve dos rodoviários, as prefeituras da Grande Vitória decidiram manter as aulas normalmente. O atendimento nos postos de saúde também estão mantidos.

Na capital, a Secretaria da Saúde informou que já se organizou estrategicamente para garantir o atendimento à população. As aulas estão mantidas nas escolas.

“Em caso de alteração, tomará as medidas necessárias sem que haja prejuízo para estudantes. A prefeitura informa, ainda, que o protocolo geral funcionará normalmente”, disse por meio de nota.

As aulas nas escolas municipais da Serra estão mantidas hoje e o funcionamento dos serviços de saúde será normal.

Em Cariacica, as aulas estão mantidas. Se houver necessidade, haverá calendário de reposição de aulas. O funcionamento das repartições será normal. Vila Velha informou que as aulas seguem nas escolas da rede municipal.

Nas escolas estaduais, as aulas também acontecerão.

Na UVV, os alunos que não conseguirem fazer as atividades avaliativas de hoje vão poder fazer segunda chamada gratuita. Na Faesa, as atividades acadêmicas estão mantidas.

ANTONIO COSME - 10/12/2018



SEPUPLICRI estima queda nas vendas

Comércio estima ter um prejuízo de R\$ 15 milhões

A expectativa de boas vendas no comércio com a chegada de dezembro dá lugar à preocupação com a greve dos rodoviários.

Em um ano considerado “horrível”, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Espírito Santo (Fecomércio-ES) espera que a greve seja resolvida o quanto antes.

Segundo o presidente José Lino Sepulcri, as vendas podem cair entre 50% e 60%, gerando um prejuízo de cerca de R\$ 15 milhões por dia para a economia do Estado.

“Dezembro é a melhor época de vendas para o comércio. Nós tivemos um ano horrível diante da situação econômica, política e por uma série de outros problemas no País. É lamentável esta greve no momento em que mais precisamos. Todos saem perdendo, comércio e população”, reclamou.

Governador pede que ônibus circulem



HARTUNG lembrou que o transporte público é essencial para a população

Em mensagem enviada por vídeo aos rodoviários, o governador Paulo Hartung fez um apelo aos motoristas e cobradores de ônibus do Estado depois que a Justiça determinou que 70% dos coletivos (dos sistemas Transcol, municipal de Vitória e municipal de Vila Velha) circulem em horário de pico e 50% nos demais horários.

No vídeo, Hartung lembra que o fim do ano é um período de grande expectativa para o comércio, por conta das vendas de Natal.

“Quero fazer um apelo. Vamos manter 70% no horário de pico. É importante, porque estamos no final do ano. É a hora que os pequenos comerciantes podem conseguir algum resultado neste mo-

mento em que passa o Brasil. É a hora que os estudantes estão concluindo mais um ano do seu ciclo educacional”, afirmou.

O governador lembrou ainda que o transporte público “é essencial para a vida do nosso povo” e que “não faz sentido impor à população, que não tem culpa de nada, um ônus tão grande para a sua vida”.

“E tenho certeza que a instância judicial, ao fim e ao cabo, vai decidir um equilíbrio na relação entre patrões e empresários”, disse.

Em tom parecido, o procurador regional do Trabalho Levi Scatolin pediu uma “trégua para que não haja um caos na cidade com o meio de transporte parado”.



MINISTRO LUIZ FUX, do STF, revogou liminares de 2014 que garantiam o pagamento do auxílio-moradia

FIM DO AUXÍLIO-MORADIA

Associações querem reparação por perda

Categorias ligadas ao Judiciário cogitam criar benefício adicional que compense a redução de valores nos salários dos servidores

BRASÍLIA

Associações de categorias ligadas ao Poder Judiciário discutem formas para recuperar, ao menos em parte, perdas que teriam sido provocadas pelo fim do auxílio-moradia e cogitam a possível criação de um benefício adicional com a justificativa de compensar a redução de valores nos vencimentos dos servidores.

Caso avance, a sugestão deve ser levada ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Conselho Na-

cional do Ministério Público (CNMP).

Os órgãos serão responsáveis por regulamentar casos em que o auxílio-moradia será permitido, após o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, revogar na semana passada liminares de 2014 que garantiram o pagamento do benefício sem restrições.

A decisão de Fux fez parte de um acordo com o presidente Michel Temer, que sancionou reajuste de 16,38% para o salário dos ministros do STF – base para o restante do funcionalismo público.

Associações de classe, porém, reclamam que a revisão é insuficiente para recompor a perda nos vencimentos com o fim do auxílio-moradia, que não sofre descontos por ser verba indenizatória. Já sobre o valor a mais no salário, incidem tributos.

“O que nós podemos ter, como

uma regra de transição pelo menos, é algum tipo de pagamento de auxílio que complementasse as despesas, para pelo menos manter a irreduzibilidade dos valores”, disse à reportagem o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Fernando Mendes. A proposta ainda está aberta.

GASTOS

O Judiciário quadruplicou o gasto com pessoal em pouco mais de duas décadas, em termos reais – já descontada a variação da inflação. Comparado com Executivo e Legislativo, foi o Poder que mais expandiu as despesas com a folha de pagamento de 1995 a 2017, último ano com dados consolidados.

Em 2015, em comparação com 1995, a despesa com a folha salarial era 120% maior do que seria caso tivesse apenas acompanhado o aumento no número de servidores.



CLÁUDIO HUMBERTO

www.claudiohumberto.com.br | claudiohumberto@odianet.com.br

“Vai ficar pior para os corruptos, a partir do ano que vem”

Presidente eleito Jair Bolsonaro, cumprimentando a Operação Lava a Jato pela prisão de Pezão

STF deve revogar apetite do TCU de subjugar OAB

A expectativa nos meios jurídicos de Brasília é de que a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), de 7 de novembro, de fiscalizar a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), não resistirá à apreciação do Supremo Tribunal Federal (STF).

A Ordem alega que não há um só centavo dos cofres públicos nas finanças da OAB, e citam decisão do próprio STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3026/DF.

UM TEMA, DUAS VISÕES

Servidores devem receber abono?

Administrações estaduais e municipais costumam pagar benefício no fim do ano como forma de valorizar funcionalismo, mas alguns especialistas criticam a concessão de privilégio ao setor público

Bônus responsáveis trazem benefícios

Fernando Galdi é doutor em Ciências Contábeis pela USP, professor da Fucape e comentarista da CBN Vitória

O abono salarial de servidores públicos representa uma complementação de remuneração e se constitui em uma importante ferramenta de gestão quando utilizado de maneira responsável, pois premia o esforço empreendido pelos funcionários públicos ao longo de um exercício sem onerar de maneira permanente a folha de pagamentos do governo.

O abono funciona como uma espécie de bônus e deve ser pago quando a saúde financeira do ente público permite e quando não prejudica os investimentos essenciais em educação, saúde e segurança. Assim, abonos responsáveis são bem-vindos, contudo abonos irresponsáveis não devem ser tolerados.

Abonos irresponsáveis são aqueles feitos de maneira populista, sem o devido equilíbrio financeiro das contas do governo e retiram, portanto, recursos de áreas sensíveis para a qualidade de vida da população. Por outro lado, abonos responsáveis são aqueles feitos em situações onde as contas do governo estão saneadas, quando os investimentos em saúde, educação e segurança têm sido realizados de maneira satisfatória e quando o desempenho do funcionalismo é considerado adequado pela população.

O abono ainda é realizado de maneira equitativa entre todos os servidores (o mesmo valor é pago para todos), mas o ideal seria a possibilidade de ele ser concedido para cada funcionário público em função de seu desempenho, como normalmente é feito nas empresas privadas. Infelizmente, ainda estamos longe dessa realidade no setor público. De toda maneira, a característica transitória do abono desempenha um papel duplo, pois incentiva o funcionalismo público sem comprometer futuramente os recursos do governo.

Recentemente, o governo do Espírito Santo anunciou um abono salarial de R\$ 1.500 aos servidores do Estado, incluindo funcionários efetivos, comissionados, inativos e pensionistas do Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria. Esse abono beneficiará cerca de 90 mil servidores (ativos e inativos) a um custo de R\$ 135 milhões para os cofres do Estado.

Contudo o abono foi feito em um

O uso do abono é uma interessante ferramenta para aliviar a pressão por aumento salarial, premiando o esforço dos servidores sem comprometer o equilíbrio fiscal do governo e os serviços à população

ambiente no qual o Espírito Santo é o único Estado do Brasil a obter nota máxima pelo Tesouro Nacional, demonstrando o equilíbrio de suas contas, e dentro de um contexto de resultados recentes positivos de investimentos em educação e saúde. Assim, pode-se dizer que, quando as contas estão em dia, o uso do abono é uma interessante ferramenta para aliviar a pressão por aumento salarial, premiando o esforço dos servidores sem comprometer o equilíbrio fiscal do governo e os serviços à população. O abono responsável premia o presente sem comprometer o futuro.



Uma (cara) imoralidade paga pela sociedade

Luan Sperandio é analista político e vice-presidente da Federação Capixaba de Jovens Empreendedores

Justifica-se o abono salarial de final de ano para os servidores públicos como uma forma de “proporcionar um Natal com melhores condições financeiras”, afinal “as comemorações natalinas fazem parte de nossa cultura”.

Todavia, a narrativa que geralmente fundamenta a concessão desse privilégio – a de que beneficia principalmente profissionais de menor renda e de áreas que possuem maior estima popular, como educadores e profissionais da saúde, não se sustenta. A casta do funcionalismo, os que possuem renda superior a 99% dos brasileiros, será igualmente beneficiária. Também se estende aos inativos, que já prestaram suas contribuições ao Estado, mas que atualmente não atuam na administração, e aos pensionistas.

Embora esse abono não seja uma invenção capixaba, trata-se de um pagamento incomum no restante do país. Por aqui o funcionalismo é organizado e, ao final de todos os anos, faz lobby em busca de “algum extra”, quase sempre com sucesso. Quando a nova realidade orçamentária a partir de 2015 não permitiu dá-lo, fizeram protestos – a exemplo do que se viu mais

Apenas no Poder Executivo do ES, o impacto financeiro do abono será de cerca de R\$ 134 milhões. A cifra é semelhante a todo o superávit fiscal do ano de 2016, obtido com muita dificuldade

notadamente na Prefeitura de Vitória e no Palácio Anchieta.

E, mesmo em meio ao festival de privilégios que assola o Brasil, o abono trata-se de um especialmente caro – moral e economicamente. Apenas no Poder Executivo, o impacto financeiro dele será de cerca de R\$ 134 milhões. A cifra é semelhante a todo o superávit fiscal do ano de 2016, obtido com muita dificuldade em um cenário de queda de 12,2% do PIB estadual naquele período. Trata-se de uma irresponsabilidade fiscal no apagar das luzes de um governo cuja marca foi, justamente, a responsabilidade fiscal.

Considerando que a carga tributária média que incide sobre a renda de um trabalhador de salário mínimo é de 53,9%, segundo o Ipea, todos os impostos pagos no último mês por cerca de 285 mil capixabas serão utilizados integralmente no intuito de beneficiar cerca de 90 mil burocratas.

Não há meias palavras para isso: é imoral tirar do Natal dos capixabas mais pobres a fim de se favorecer o funcionalismo. Essa é a consequência prática do abono, e não deveria ser tolerada sob nenhuma circunstância.

Não é como se os servidores já não tivessem privilégios. Além da estabilidade e penduricalhos pagos a alguns cargos, conforme demonstrado em estudo conduzido por Naércio Menezes, coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper, um funcionário estadual recebe, em média, quase um terço a mais que o salário pago pela iniciativa privada para cargo equivalente.

Servidores têm, por finalidade, prestar serviços à população, e não se servirem dos tributos pagos por ela. Se as contas públicas estão em dia, que se reduza a carga tributária e que esses valores sejam devolvidos como presente de final de ano a quem são de direito: aos pagadores de impostos.

| PERDÃO PRESIDENCIAL |

Proposta de indulto exclui condenados por corrupção

Minuta do Conselho de Política Criminal e Penitenciária endurece regras para o benefício

BRASÍLIA

⚡ Ainda sem uma definição no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a validade do indulto natalino editado pelo presidente Michel Temer (MDB) no ano passado, o governo já tem em mãos a proposta que serve de base para a formulação do decreto deste ano.

A minuta apresentada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) endurece regras para um condenado obter o perdão da pena e incorpora restrições impostas em decisão liminar do ministro do STF Luís Roberto Barroso, como o veto do indulto a condenados por corrupção.

O Supremo já tem maioria para derrubar a liminar e manter o indulto de Temer de 2017, que admitia o perdão a condenados por crimes sem violência – como corrupção – que tivessem cumprido um quinto da pena até 25 de dezembro de 2017, ponto contestado pela Procuradoria-Geral da República e suspenso por Barroso.



CESAR ITIBERÉ/PR

O presidente Michel Temer pode ou não acatar as observações do conselho

O julgamento, porém, foi interrompido na última quinta-feira após pedido de vista do ministro Luiz Fux. Desta forma, as regras definidas por Temer continuam suspensas até a retomada do julgamento.

CONDIÇÕES

Na proposta deste ano, além de vedar o benefício a condenados por corrupção, há a previsão de que o perdão só pode ser concedido a quem tiver cumprido um terço da pena e sob a condição de a condenação não ser

superior a oito anos. Em comparação com a proposta do próprio conselho de 2017, o texto deste ano também amplia a lista de crimes pelos quais não pode haver o indulto, passando a incluir aqueles cometidos contra agentes de segurança, o estupro a vulnerável e o homicídio culposo em acidentes de trânsito.

Uma inovação da proposta é condicionar o indulto ao trabalho e ao estudo, se houver oferta e estrutura para isso na administração prisional. Também prevê que os

contemplados fiquem sujeitos à perda do benefício caso cometam novo crime no prazo de dois anos.

MULTA

O conselho mantém a sugestão de proibir o indulto para quem teve a pena de prisão substituída por multa – o que foi descartado por Temer no ano passado, mas reformado por Barroso. A exceção é para presos em “extrema carência material”.

A proposta redigida pelo Conselho já está em

análise pela área jurídica do Ministério da Segurança Pública. O ministro Raul Jungmann ainda examinará o texto, que pode passar por modificações antes de ser enviado ao Planalto. O presidente Michel Temer não precisa necessariamente seguir a proposta, e pode alterá-la, como fez em 2017.

O conselho é ligado ao Ministério da Justiça e composto por 13 integrantes, entre professores e profissionais da área do Direito, além de representantes da comunidade e dos ministérios da área social. Eles têm mandato de dois anos.

Previsto na Constituição da República, o indulto natalino voltou a ser criticado pelo presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL), que já prometeu não conceder o benefício em seu governo.

“Garanto a vocês, se houver indulto para criminosos neste ano, certamente será o último”, disse Bolsonaro.

O futuro ministro da Justiça, Sérgio Moro, fez coro. “Na linha que foi afirmada pelo presidente eleito, esse será o último indulto com tão ampla generosidade”, disse. (Agência Estado)

ENTENDA

► O que é indulto presidencial de Natal?

O indulto é concedido pelo presidente da República, que tem o poder de perdoar alguns crimes na época do Natal. Era voltado para pessoas que tivessem cometido crimes de menor gravidade, condenados a até 12 anos de prisão e que já tivessem cumprido um quarto da pena.

► O que o Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar?

No Natal de 2017, o presidente Michel Temer editou indulto com regras mais frouxas. Presos que cometeram crime sem violência e já tivessem cumprido um quinto da pena total poderiam ser libertados, independentemente do tempo total da sentença. O ministro Luís Roberto Barroso deu liminar restringindo a regra. Condenados por corrupção não poderiam receber o benefício. Na última quinta-feira, o julgamento foi paralisado por um pedido de vista do ministro Luiz Fux. O placar até o momento é de 6 a 2 a favor da derrubada da liminar. Os ministros do STF, no entanto, mantiveram a liminar até que o caso volte para ao plenário para a conclusão do julgamento.

Justiça federal libera curso de Medicina em Cachoeiro

Impasse sobre quem vai ofertar o curso foi definido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Multivix abrirá até 100 vagas por ano

Alessandro de Paula
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Os desembargadores da sexta turma especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), com jurisdição no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, negaram, por maioria dos votos, ação judicial movida pela Emescam que suspende a criação do primeiro curso de Medicina de Cachoeiro de Itapemirim.

Sem o impedimento, o Ministério da Educação (MEC) poderá dar sequência ao processo de instalação do curso superior de Medicina, que vai oferecer até 100 vagas anuais. No entanto, ainda cabe recurso à decisão do TRF2.

Caso a decisão seja mantida, o curso será instalado pela faculdade Multivix, a vencedora do edital 06/2014 do MEC, que abriu 2.300 vagas de Medicina em 36 cidades brasileiras, incluindo Cachoeiro.

Cinco faculdades disputaram o edital em Cachoeiro. Em julho de 2015, a Multivix foi declarada vencedora. Só que a Emescam não concordou com o resultado e entrou com ação em 2016 na Justiça Fede-



LABORATÓRIO de Anatomia da Multivix de Cachoeiro: faculdade está construindo nova sede (no destaque, a projeção)

ral, que suspendeu o processo.

Em fevereiro, a Justiça Federal julgou improcedente a ação movida pela Emescam e o processo foi retomado. No entanto, foi suspenso novamente em julho, após novo recurso, desta vez no TRF2.

No processo, a Emescam afirma ter sido prejudicada por não receber pontuações durante o processo de seleção e solicita a exclusão da primeira colocada, sob argumento de que ela teria apresentado infor-

mações incorretas.

O MEC foi procurado pela reportagem, mas esclareceu que não teria como responder a tempo, antes do fechamento da matéria.

Com relação à decisão do TRF2, a Emescam informou "que está ciente" e adiantou que utilizará de recursos próprios para recorrer da decisão.

A Multivix também se manifestou, afirmando que "todas as etapas do processo seletivo foram

realizadas com lisura, ética, idoneidade e compromisso com o melhor, não havendo irregularidade em cada uma das etapas".

Enquanto aguarda a conclusão do processo, a Multivix investe R\$ 10 milhões na construção de nova sede no bairro Monte Belo, em Cachoeiro, onde deverão ser ministradas as aulas de Medicina. Ainda não há previsão de quando será feito o processo seletivo para as 100 vagas do curso.

ALESSANDRO DE PAULA/ DIGITALIZAÇÃO MULTIVIX



PARALISAÇÃO DOS RODOVIÁRIOS

Sem acordo, greve de ônibus está confirmada na segunda

Informação é do presidente do sindicato dos rodoviários. Os empresários ofereceram aumento de 3% nos salários

Lucas Rezende

O acordo entre rodoviários e empresários de transporte não foi aceito e a greve de motoristas e cobradores de ônibus está confirmada para começar à zero hora de segunda-feira. Foi o que garantiu o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado (Sindirodoviários), José Carlos Sales.

Em audiência conciliatória realizada ontem na sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-ES), o Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitano da Grande Vitória (GVBus) e o Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Espírito Santo (Setpes) ofereceram um novo aumento de salário, de 3%.

O reajuste seria sobre os salários praticados a partir de 23 de janeiro de 2018, passando a valer a partir de 23 de janeiro de 2019. A ata da audiência relata que ficam "abertas as negociações às demais cláusulas".

Membro da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística, Lúcio Lima admite que a proposta é um avanço, mas que acredita que a categoria deve recusar. "Está muito longe do que almejamos", falou.

A proposta de 3% de aumento será levada para assembleia com os trabalhadores amanhã, às 10 horas, na Praça Oito, em Vitória. "A categoria, então, vai decidir", acrescentou.

Fontes dos rodoviários disseram à reportagem que o indicativo é que a proposta seja recusada.

Nas cinco rodadas de negociação anteriores, os rodoviários pediram 4% de reajuste, referente à inflação, mais um ganho real. Os empresários, até então, tinham oferecido 2%.

Os trabalhadores querem ainda reajuste no ticket-alimentação e plano de saúde integral.

Os rodoviários publicaram edital confirmando a greve para segunda, prometendo deixar 70% da frota dos sistemas Transcol e municipais de Vitória e Vila Velha nas garagens. Assim, apenas 525 ônibus circulariam.

Com o impasse, ficou agendada uma reunião entre rodoviários e patrões na sede da GVBus, em Vitória, às 14 horas da próxima segunda-feira.

O GVBus e o Setpes pediram ainda que o desembargador José Luiz Serafini analise o pedido de liminar para que 100% da frota circule durante a greve. Até o fechamento



PASSAGEIROS ENTRAM EM ÔNIBUS LOTADO: rodoviários prometem parar 70% da frota na Grande Vitória

OPINIÕES



“Provavelmente, a nova proposta será recusada. Está longe do que queremos”

Lúcio Lima, membro da Confederação dos Trabalhadores em Transportes



“O que tenho para dizer é isso: propomos um reajuste de 3% a partir de 23 de janeiro de 2019”

Elias Baltazar, diretor do GVBus



“Espero que o Sindirodoviários dê uma trégua, para que haja mais uma semana para conversar”

Levi Scatolin, procurador do Trabalho

Justiça não decide a frota mínima

O pedido de liminar dos empresários de transportes para que a frota de ônibus circule em sua totalidade na segunda-feira não foi julgado pelo vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho, desembargador José Luiz Serafini. Há, no entanto, um pedido oficial do Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitano da Grande Vitória (GVBus) e do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Espírito Santo (Setpes) para que ocorra a apreciação do pedido de liminar.

Advogados dos empresários pediram, em caráter antecedente e

mantenha 100% da frota em circulação dos sistemas Transcol e urbano de Vitória e de Vila Velha.

Caso negativo, pedem, então, que seja determinado o percentual de 90% da frota programada para os horários de pico, nos períodos entre 6 e 9 horas, bem como das 17 às 20 horas, e nos demais, com o mínimo de 70% da frota programada.

A ação cautelar solicita ainda que os veículos transitem com a integralidade da tripulação necessária à operação das linhas – isto é, cobradores auxiliando motoristas –, e que seja determinado que não façam bloqueio de acesso às sedes

Um dos trechos da ação justifica que a paralisação “inviabilizará a adequada prestação do serviço de transporte, causando danos irreparáveis e irreversíveis às empresas representadas, que já encontram-se em situação financeira bastante temerosa, somados aos prejuízos causados à indústria, aos serviços públicos e ao comércio”.

Fontes do Judiciário avaliaram que a tendência é que o Tribunal aguarde a deliberação das partes e que só surja decisão depois da assembleia, amanhã, em que os rodoviários apreciarão a proposta de 3% de aumento, já que foi esse o

SAIBA MAIS

REIVINDICAÇÕES

> RODOVIÁRIOS ENTRAM em greve à zero hora da próxima segunda-feira pedindo reajuste no salário de motoristas e cobradores, no ticket-alimentação e no plano de saúde, dentre outras reivindicações.

SALÁRIO

> O SALÁRIO, hoje, está na faixa de R\$ 2.200 para motoristas de ônibus. Já o dos cobradores, em torno de R\$ 1.150.

> OS RODOVIÁRIOS querem, pelo menos, reajuste de 4% — que é a inflação —, mais um ganho real.

PLANO DE SAÚDE

> A CATEGORIA quer que o plano de saúde, que hoje é pago de forma participativa, seja pago integralmente pelas empresas de ônibus.

TICKETE

> OS RODOVIÁRIOS pedem um aumento de R\$ 2,50 em cada folha de ticket-alimentação (são 26 por mês), que, no total, dá R\$ 696.

JORNADA REDUZIDA

> PEDEM AINDA a não contratação de trabalhador em jornada reduzida — conhecidos como “motorista baixa renda”.

PROPOSTA

> EMPRESÁRIOS, que haviam proposto 2% de reajuste, agora estão oferecendo aumento de 3% sobre salários praticados a partir de 23 de janeiro de 2018, a incidir a partir de 23 de janeiro de 2019, ficando abertas a negociação às demais cláusulas.

REUNIÕES

> RODOVIÁRIOS se reúnem amanhã, às 10 horas, na Praça Oito, no centro de Vitória.

> ELES VÃO APRECIAR a nova proposta de aumento, de 3%, e decidir as táticas do movimento grevista.

> ESTÁ MARCADA também uma reunião entre rodoviários e empresários na sede do GVBus, na próxima segunda-feira, às 14 horas.

USUÁRIOS

700 MIL PASSAGEIROS, aproximadamente, usam transporte coletivo na Grande Vitória.

550 MIL,

aproximadamente, são usuários do Transcol. Os demais utilizam sistemas municipais de Vitória e Vila Velha.

FROTA

1.750 VEÍCULOS compõem a frota atual dos sistemas Transcol e municipais de Vitória e Vila Velha.

525 ÔNIBUS

estarão nas ruas da Grande Vitória na segunda, se forem mantidos os 30% da frota circulando, como prevê a lei.

DONDONI SE ENTREGA APÓS 24 DIAS FORAGIDO

Pena por mortes na BR 101 será cumprida em presídio de Viana

de VILMARA FERNANDES
de BIANCA VAILANT

Após 24 dias foragido, Wagner José Dondoni de Oliveira foi encaminhado na tarde de ontem para um presídio estadual. No dia 6 do mês passado, o empresário foi condenado a uma pena de 24 anos e 11 meses em regime fechado pela morte de uma família em um acidente de trânsito na BR 101, em Viana, ocorrido há dez anos. Desde então, estava foragido.

O empresário se apresentou à Superintendência de Polícia Interestadual e de Capturas (Supic), em Vitória, acompanhado de seu advogado, Rogério Pires Thomaz, às 17 horas de ontem.

Segundo informações da assessoria da Polícia Civil, a apresentação do réu ocorreu após contato viabilizado pelo advogado. Naquele momento, a Justiça de Viana foi comunicada sobre a efetuação da prisão.

Dondoni foi conduzido ao Departamento Médico Legal (DML), para exames de praxe, e de lá foi encaminhado para o sistema prisional de Viana. Ele cumprirá sua pena na Penitenciária de Segurança Média 1, em Viana, onde deu entrada às 19 horas de ontem.

MANDADO

O mandado de prisão foi expedido no mesmo dia da condenação. Desde então, a Superintendência de Polícia Interestadual e de Capturas (Supic) vinha realizando diversas buscas no Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e outros Estados, com o apoio das agências policiais de fora do Espírito Santo.

Houve inclusive uma tentativa de prisão uma semana após a condenação pela Polícia Civil de Minas Gerais. As buscas, na ocasião, aconteceram na cidade mineira de Co-



O empresário Wagner Dondoni após se entregar à Polícia Civil, em Vitória

ronel Fabriciano.

De acordo com a defesa do empresário, Dondoni não tinha a intenção de fugir e que não se entregou à Justiça de imediato devido a problemas de saúde. "Agora é uma decisão que a gente tem que compreender. É uma pessoa que psicologicamente não estava bem, que também tinha alguns problemas de saúde, que preferiu se cuidar. Agora que controlou esse problema psicológico e de saúde, ele espontaneamente resolveu se entregar", relatou Thomaz.

A prisão de Dondoni foi decretada pelo juiz que presidiu o Tribunal do Júri, no Fórum de Viana, Romil-

ton Alves Vieira Júnior. "Pelo exposto, decreto a prisão do acusado Wagner José Dondoni, ostentando natureza de execução provisória da pena de prisão em razão da condenação pelo Tribunal do Júri, determinando, assim, que o réu condenado, após ser devidamente preso, se recolha à prisão, onde deverá permanecer se pretender recorrer. O réu, após devidamente preso, deverá ser conduzido à Unidade Prisional competente a fim de cumprir a prisão decorrente da condenação pelo Tribunal do Júri, com os alertas às autoridades que deverão adotar todas as providências para a segurança

“Dondoni é uma pessoa que tinha problemas psicológicos e de saúde e que preferiu se cuidar. Agora resolveu se entregar”**”**

—
ROGÉRIO PIRES THOMAZ
ADVOGADO DE DONDONI

PC/DIVULGAÇÃO



Condenação de Dondoni foi noticiada em A GAZETA

do réu", diz a sentença do juiz Romilton Alves.

A condenação de Dondoni foi anunciada dez anos após a tragédia na BR 101, em Viana, que destruiu a família do cabeleireiro Ronaldo Andrade. Ele, que é o único sobrevivente do carro atingido pelo empresário, que perdeu a esposa Maria Sueli Costa Miranda, e os dois filhos, Rafael Scalfoni Andrade e Ronald Costa Andrade.

Dondoni não compareceu à audiência, que durou quase 15 horas no Fórum de Viana, e onde foi condenado pela maioria dos votos, mas pode recorrer da decisão.

CRIMES

Ele responde pelos crimes de homicídio simples por ter causado a morte de Maria Sueli, e os filhos Rafael e Ronald, tentativa de homicídio, por Ronaldo Andrade, e uso de documentação falsa.

Na ocasião, o promotor Fábio Langa Dias explicou que a condenação apontou dolo eventual, quando o acusado não tem a intenção de cometer o crime. "Foi muito argumentado aqui que ele não queria praticar o crime, mas o comportamento dele desde a saída de Guarapari, até o desfecho do acidente é um comportamento de assumir os riscos de morte", disse na época.

ALÍVIO



“Agora eu posso tocar a minha vida”

O cabeleireiro Ronaldo Andrade, único sobrevivente à tragédia em que seus dois filhos e sua esposa morreram, recebeu com alívio a notícia da prisão do empresário Dondoni. "Graças a Deus!", desabafou. Após a condenação, a expectativa dele era de que o empresário fosse preso. "É um alívio receber esta notícia", acrescentou Ronaldo. A preocupação de Ronaldo era de que, durante o período de fuga após a condenação, Dondoni pudesse causar outro acidente. "Não gostaria que ninguém vivenciasse a mesma experiência. Estou mais tranquilo", relatou. Sua meta, agora, é recomeçar a viver. Desde que sua família foi morta, em abril de 2008, Ronaldo fez questão de manter a casa intacta. Em diversas entrevistas à imprensa, relatou que esperava concluir um ciclo, ver a Justiça sendo feita, para ter condições de prosseguir com sua vida. "Agora, respirando mais aliviado, posso finalmente tocar a minha vida."

PARALISAÇÃO DOS RODOVIÁRIOS

Procurador propõe suspensão

O Ministério Público do Trabalho no Espírito Santo (MPT-ES) propôs aos rodoviários, por meio do sindicato, a suspensão da greve por, pelo menos uma semana, no aguardo de um progresso nas negociações com os empresários de transportes. O núcleo de mediação do MPT-ES, inclusive, foi colocado à disposição para evitar a paralisação.

O pedido foi feito ontem, durante audiência de conciliação entre o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado (Sindirodoviários), o Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitano da Grande Vitória (GVBus) e o Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado (Setpes).

Empresários, que haviam oferecido 2% de aumento nos salários, aumentaram a proposta ontem para 3%. Rodoviários querem pelo menos 4%, mais um ganho real.

Procurador Regional do Trabalho, Levi Scatolin falou em “trégua durante uma semana para que não haja um caos com o meio de transporte parado”.

“É quando os trabalhadores recebem o décimo terceiro salário, estão prontos para sair ao comércio e a nossa sociedade precisa estar em pleno funcionamento, porque parar não interessa a ninguém nesse momento de crise financeira”, disse.

Scatolin esteve presente na audiência de conciliação em que o GVBus e o Setpes pediram que o vice-presidente do Tribunal Re-



AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: rodoviários pedem 4% de reajuste, mais um ganho real. Empresas oferecem 3%

gional do Trabalho, desembargador José Luiz Serafini, apreciasse o pedido de liminar em que solicitam que 100% da frota de ônibus circule na próxima segunda-feira.

“São dois procedimentos distintos: um é a conciliação. Não havendo, já se mandou os autos conclusos para o gabinete do relator (Serafini), que examinará se deferir a liminar é plausível ou não. Normalmente, se deferir, mas não na-

quilo que o GVBus quer, que é 100%. Porque se determinar isso, não tem greve, que é um direito constitucional”, disse.

“Acredito que ele (Serafini) deve

avaliar, até para que o Sindirodoviários leve para sua assembleia já uma posição. Eles disseram que vão manter 30%. Mas espero que eles deem essa trégua”, disse.

“Normalmente, se deferir (a liminar), mas não naquilo que o GVBus quer, que é 100%. Porque se determinar isso, não tem greve”

Levi Scatolin, procurador regional do Trabalho

Pedido para PM agir em piquetes

A ação cautelar feita por advogados dos empresários de transporte pede que, em caso de descumprimento de ordem, a Justiça determine que a força policial cumpra a determinação de forma coercitiva, afastando, com uso da força militar, resistências.

O pedido ainda é para que “o sindicato se abstenha de constituir piquetes junto à sede das empresas e na via pública para impedir os empregados que queiram trabalhar de fazê-lo livremente”.

Em caso de descumprimentos, o Sindicato das Empresas de Trans-

porte Metropolitano da Grande Vitória (GVBus) e o Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado (Setpes), pedem que, por cada ato praticado em desobediência, a Justiça imponha multa diária contra o sindicato profissional e, solidariamente ao seu presidente e demais diretores, no valor de R\$ 200 mil.

“E ainda, multa no valor de R\$ 100 mil para qualquer pessoa vinculada ao sindicato que descumprir a determinação judicial sem prejuízo de pena de prisão por descumprimento de ordem judi-

cial, nos termos do artigo 330 do Código Penal (desobediência)”.

A **Tribuna** revelou, na edição de ontem, que tropas especializadas estarão de prontidão nos batalhões aguardando acionamentos. E que haverá dois focos: para evitar que grevistas impeçam a saída de ônibus e nos terminais.

Já a Guarda Municipal de Vila Velha vai reforçar o patrulhamento preventivo nos locais de grande aglomeração da cidade e os agentes também atuarão no ordenamento do trânsito nas principais vias do município.



POLICIAIS MILITARES nas proximidades de garagem de ônibus: empresas pedem que seja garantido o direito de empregados que queiram trabalhar

Prefeituras decidem manter aulas no dia da greve

As prefeituras da Grande Vitória decidiram manter as aulas das escolas municipais na segunda-feira. Na capital, as atividades letivas estão previstas para acontecerem normalmente.

“Em caso de alteração, tomará as medidas necessárias sem que haja prejuízo para estudantes e profissionais”, disse a prefeitura, por nota.

A Prefeitura da Serra falou, também por nota, que está se preparando para minimizar os efeitos da paralisação dos rodoviários, disponibilizando transporte e incentivando a carona solidária.

Já a Prefeitura de Cariacica informou que, se houver necessidade, será montado um calendário de reposição de aulas.

A Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) afirmou que as aulas estão mantidas para segunda-feira, mas que vai aguardar o desdobramento do movimento.

A Secretária de Saúde de Vitória disse ainda que já se organizou estrategicamente para garantir o atendimento à população.

Em Cariacica, no que diz respeito ao funcionamento das repartições públicas, não haverá alteração no expediente, que acontecerá normalmente.

Dodge recorre para manter auxílio-moradia de procuradores

Procuradora-geral da República afirma que suspensão de benefício não deve valer para o MP

« A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, recorreu ontem da decisão do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), que revogou o auxílio-moradia para as carreiras jurídicas, incluindo membros do Ministério Público. Raquel questiona o alcance da decisão, que só poderia, segundo ela, ter afetado o benefício para magistrados, que são parte nas ações sobre o benefício no STF.

Portanto, a chefe da PGR pede que Fux reconsidere parcialmente sua decisão para excluir de seus efeitos o Ministério Público da União, os Ministérios Públicos dos Estados e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), ou que leve o recurso para análise do plenário, composto pelos 11 mi-

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



Dodge pede que Fux reconsidere decisão

nistros da Suprema Corte.

A procuradoria não chega a se manifestar sobre a legalidade do recebimento do auxílio, apenas sustenta que a decisão de Fux não poderia abranger outras carreiras jurídicas. Ao suspender o benefício, Fux pediu que o CNMP e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) regulamentem eventuais casos de recebimento.

O recurso apresentado pela procuradora critica a amplitude da decisão de Fux e assinala que o tema deveria ser analisado pelo plenário do STF. Essa percepção também circulou entre ministros da Corte, que consideram o colegiado o melhor lugar para se discutir o recebimento do benefício. “Por outro lado, a relevância, a repercussão e a sensibilidade do tema tratado nesta ação recomendam seja dada primazia ao princípio da colegialidade, submetendo-se sua análise ao Plenário da Suprema Corte”, disse Raquel.

O ministro tomou a decisão de forma individual porque é relator das ações pelas quais estendeu, também monocraticamente, o auxílio-moradia a juízes em todo o País. O fim do auxílio-moradia foi usado como moeda de troca para a aprovação do reajuste dos ministros do STF. (Agência Estado)



COMERCIANTE Wagner Dondoni de Oliveira olha para a garrafa de bebida no dia em que foi preso após o acidente

TRAGÉDIA NO TRÂNSITO

Dondoni se entrega após ficar foragido

Wagner Dondoni se apresentou à polícia 24 dias depois de ter sido condenado por matar mãe e dois filhos em acidente na BR-101

**Esthefany Mesquita
Kananda Natielly**

Depois de 24 dias foragido da Justiça, o comerciante Wagner José Dondoni de Oliveira se entregou, na tarde de ontem, na Chefatura da Polícia Civil, em Vitória.

De acordo com o advogado de Dondoni, Rogério Pires Tomaz, após se entregar e passar por exame no Departamento Médico Legal (DML), o acusado foi encaminhado ao presídio, em Viana.

Wagner Dondoni foi condenado, no dia 6 de novembro deste ano, a 25 anos e 4 meses de prisão em regime fechado, por provocar um acidente de trânsito que matou

três pessoas da mesma família, na BR-101, em Viana, em 2008. Como o comerciante já passou 5 meses preso durante o andamento do processo, deve cumprir agora 24 anos e 11 meses.

A vendedora Maria Sueli Costa Miranda, 29 anos, e os filhos Rafael Scalfone Andrade, 13 anos, e Ronald Andrade, 3 anos, morreram na batida. Após o acidente, a polícia encontrou uma garrafa de bebida alcoólica no carro de Dondoni.

Questionado sobre a demora de seu cliente para entregar, Rogério afirmou que Dondoni teve problemas de saúde. "Ele está com o físico e o emocional muito abalados.

A pressão dele estava muito alta".

Sobre o fato de o comerciante não ter ido ao julgamento, o advogado reforçou que é direito do cliente não comparecer. "Assim como permanecer calado é um direito, era de direito dele não comparecer no dia do julgamento, tanto que a sessão aconteceu normalmente".

Rogério também disse que recorreu da pena a que Dondoni foi condenado. "Para a família das vítimas, a pena nunca será suficiente, pois não trará os parentes de volta. Mas nós já interpusemos o recurso de apelação. Entendemos que a pena foi elevada".



A MÃE MARIA Miranda e os filhos Ronald e Rafael morreram na batida

Raquel quer manter o auxílio-moradia

Procuradora-geral da República recorreu da decisão do ministro Luiz Fux, que revogou pagamento a juízes, promotores, entre outros

BRASÍLIA

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, recorreu da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux que, na última segunda-feira, revogou o pagamento do auxílio-moradia a juízes, promotores, procuradores e integrantes de outras carreiras jurídicas.

O objetivo é impedir a suspensão do benefício para os integrantes do Ministério Público (MP).

Fux proibiu o pagamento do penduricalho em todo o País após acordo para que fosse sancionado o reajuste salarial de 16,38% para ministros da Corte a partir de 2019.

Segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), foram gastos R\$ 4,65 milhões em outubro deste ano com o benefício apenas no Ministério Público Federal (MPF). Multiplicado por 12, o valor estimado chega a R\$ 55,79 milhões por ano, sem incluir o Ministério Público estadual, nem outros ramos do Ministério Público da União.

A própria Raquel não recebe auxílio-moradia. Ela tinha direito mas, em agosto de 2017, pouco antes de assumir o cargo, pediu a sua suspensão. Mesmo assim, em fe-



RAQUEL sustenta que decisão de ministro diz respeito apenas a juízes

vereiro deste ano, em outro parecer enviado ao STF, ela já tinha defendido a legalidade do benefício.

Agora, em novo parecer, ela foca apenas em questões técnicas. A procuradora-geral sustenta que a decisão de Fux, tomada num processo que diz respeito apenas a juízes, não poderia alcançar outras

carreiras jurídicas. Diz ainda que o pagamento do benefício a integrantes do MP é baseado na Lei Orgânica do Ministério Público.

Na decisão, Fux diz que ela se aplica ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, às Defensorias Públicas, aos Tribunais de Contas e a "qualquer outra carreira jurídica".

Pedido para PT devolver dinheiro

A procuradora-geral Eleitoral, Raquel Dodge, pediu ontem que a coligação O Povo Feliz de Novo, que teve Fernando Haddad (PT) como candidato à Presidência, devolva ao Fundo Partidário os valores gastos para financiar a campanha presidencial enquanto o ex-presidente Lula figurou como can-

didato.

O pedido foi feito na ação que analisa as contas de campanha apresentadas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pela coligação.

De acordo com Dodge, parte do dinheiro público foi utilizado "indevidamente e representa gastos ilegais, uma vez que - como já ha-

via sido condenado em segunda instância - Lula sabia que era ilegível e assumiu o risco ao requerer o registro de candidatura".

A coligação informou que no período em que o ex-presidente encabeçou a chapa foram gastos R\$ 194 milhões do Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

PAINEL

Não abro mão de nada

A decisão da procuradora-geral, Raquel Dodge, de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para manter o auxílio-moradia de integrantes do Ministério Público (MP) acelerou lobby de entidades de classe que tentam convencer os conselhos de suas categorias a regulamentar, ainda este ano, o pagamento do benefício.

A Associação Nacional dos Procuradores da República (AN-PR) já iniciou peregrinação pelos gabinetes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) – nove integrantes foram consultados e se mostraram dispostos a debater o caso em 2018.

Justiça condena empresa a indenizar mulher agredida em ônibus em Castelo



Foto: Divulgação

Por Redação - 30 de novembro de 2018

Uma moradora de Castelo deve ser indenizada a título de danos morais em três mil reais após alegar ter sofrido agressões físicas e verbais em transporte coletivo.

De acordo com o processo, um passageiro, que estava com a autora no ponto de ônibus no dia do ocorrido, relatou que o transporte atrasou e a requerente, para não chegar atrasada no trabalho, acabou entrando em outro ônibus, onde foi agredida por uma outra mulher, pelo fato de o veículo já estar lotado.

Ainda segundo os autos, o motorista teria fechado a porta e continuado o trajeto até o local de destino, sem tomar a atitude de comunicar à polícia e registrar a ocorrência.

A ré contestou as afirmações narradas pela passageira, sustentando que não tem responsabilidade pelo acontecimento e apenas cumpriu com sua obrigação de conduzir pessoas ao lugar de destino.

De acordo com o processo, um passageiro, que estava com a autora no ponto de ônibus no dia do ocorrido, relatou que o transporte atrasou e a requerente, para não chegar atrasada no trabalho, acabou entrando em outro ônibus, onde foi agredida por uma outra mulher, pelo fato de o veículo já estar lotado.

Ainda segundo os autos, o motorista teria fechado a porta e continuado o trajeto até o local de destino, sem tomar a atitude de comunicar à polícia e registrar a ocorrência.

A ré contestou as afirmações narradas pela passageira, sustentando que não tem responsabilidade pelo acontecimento e apenas cumpriu com sua obrigação de conduzir pessoas ao lugar de destino.

No entanto, o juiz da 1ª Vara de Castelo, analisando detidamente os autos, observou que se trata de relação de consumo entre as partes, tendo utilizado, portanto, o Código de Defesa do Consumidor.

O magistrado entendeu que houve falha na prestação de serviço da ré, visto que o funcionário da empresa não prestou nenhum auxílio à vítima, ofendida verbal e fisicamente no interior do coletivo.

Com base no CDC e no Código de Processo Civil, no artigo 487, a viação requerida foi condenada a indenizar a passageira pela omissão de ajuda após o ocorrido.

Justiça condena empresa rodoviária a indenizar mulher agredida em ônibus em Castelo

O juiz responsável pelo julgamento entendeu que se trata de relação de consumo

Por | 30.11.2018



Uma moradora de Castelo, no sul do Estado, deve ser indenizada a título de danos morais em R\$3 mil após alegar ter sofrido agressões físicas e verbais em transporte coletivo.

De acordo com o processo, um passageiro, que estava com a autora no ponto de ônibus no dia do ocorrido, relatou que o transporte atrasou e a requerente, para não chegar atrasada no trabalho, acabou entrando em outro ônibus, onde foi agredida por uma outra mulher, pelo fato de o veículo já estar lotado.

Ainda segundo os autos, o motorista teria fechado a porta e continuado o trajeto até o local de destino, sem tomar a atitude de comunicar à polícia e registrar a ocorrência.

A ré contestou as afirmações narradas pela passageira, sustentando que não tem responsabilidade pelo acontecimento e apenas cumpriu com sua obrigação de conduzir pessoas ao lugar de destino.

No entanto, o juiz da 1ª Vara de Castelo, analisando detidamente os autos, observou que se trata de relação de consumo entre as partes, tendo utilizado, portanto, o Código de Defesa do Consumidor.

O magistrado entendeu que houve falha na prestação de serviço da ré, visto que o funcionário da empresa não prestou nenhum auxílio à vítima, ofendida verbal e fisicamente no interior do coletivo.

Com base no CDC e no Código de Processo Civil, no artigo 487, a viação requerida foi condenada a indenizar a passageira pela omissão de ajuda após o ocorrido.

Vara da Fazenda Pública de Cachoeiro arrecada mais de R\$1 milhão em acordos relativos a IPTU



Foto: Divulgação

Por Redação - 30 de novembro de 2018

A 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal de Cachoeiro de Itapemirim conseguiu atingir a marca de 75% em acordos relativos a IPTU da cidade. Ao todo, foram realizadas 604 audiências com os moradores do município que possuem dívida relativa ao IPTU – Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana. A ação arrecadou, em 16 dias úteis, R\$ 1.278.258,81.

Segundo o juiz Robson Louzada Lopes, da 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal da Comarca, com a celebração do acordo, além de evitar o leilão do imóvel, o cidadão tem a possibilidade de negociar sua dívida e colaborar com a Prefeitura, pois o dinheiro dos impostos retorna para o município, na forma de serviços e obras.

Para o magistrado, a ação tem se revelado muito válida: “Quando realizamos a mesma ação em 2016, foram mais dias e arrecadou-se cerca de R\$ 800 mil, com uma taxa de êxito de 51%. Esse ano foram 16 dias úteis, arrecadamos R\$ 1.278.000 mil reais, com uma taxa de êxito de 75,5%, ou seja, uma alta taxa de êxito em acordos, o que significa que essa estratégia funciona e vem progredindo e recuperando os créditos tributários. Então, acho que é uma ação muito válida para o Estado do Espírito Santo”, destacou o Juiz, afirmando, ainda, que a previsão é de que uma nova ação como essa seja realizada em dois anos.

O mutirão aconteceu no Fórum Desembargador Horta Araújo, onde foram organizadas oito estações de trabalho para receber os participantes, que foram intimados previamente. Entretanto, cidadãos com outras dívidas com a Prefeitura também puderam aproveitar para negociar o débito. Os trabalhos contaram com o apoio da Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim.

A ação da 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal de Cachoeiro de Itapemirim teve início no dia 5, durante a Semana Nacional da Conciliação, que é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), num esforço concentrado de todos os tribunais do país para conciliar o maior número de processos.

*Fonte: TJES



Home > Economia

> Justiça encerra mutirão e arrecada mais de R\$ 1,2 milhão em IPTU em Cachoeiro

Economia

Justiça encerra mutirão e arrecada mais de R\$ 1,2 milhão em IPTU em Cachoeiro

por Alessandro de Paula 30 de novembro de 2018 0

COMPARTILHAR



0



Mais de 1,2 milhão em dívidas relativas ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) foram arrecadados nas audiências de negociação organizadas pela 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.

Ao todo foram realizadas 604 audiências que resultaram no fechamento de 456 acordos, ou seja, uma taxa de êxito de 75%

e valor total de R\$ 1.278.258,81. O resultado foi melhor do que a ação realizada em 2016, quando foram fechados 350 acordos e arrecadados cerca de R\$ 800 mil.

Segundo o juiz Robson Louzada Lopes, da 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal da Comarca, com a celebração do acordo, além de evitar o leilão do imóvel, o cidadão tem a possibilidade de negociar sua dívida e colaborar com a prefeitura, pois o dinheiro dos impostos retorna para o município, na forma de serviços e obras.

Para o magistrado, a ação tem se revelado muito válida: “Tivemos uma alta taxa de êxito em acordos, maior do que a ação realizada em 2016, o que significa que essa estratégia funciona e vem progredindo e recuperando os créditos tributários. Então, acho que é uma ação muito válida para o Estado do Espírito Santo”, destacou o juiz.

De acordo com o juiz, uma nova ação deverá ser realizada em dois anos. “Marcamos sempre de dois em dois anos para dar tempo dos parcelamentos encerrarem”, destacou.

O mutirão foi realizado no Fórum Desembargador Horta Araújo no período de 5 a 28 de novembro com o apoio da prefeitura. Foram 16 dias úteis, descontando-se feriados e finais de semana.

1º Vara de Castelo condena empresa rodoviária a indenizar mulher agredida em ônibus

O juiz responsável pelo julgamento entendeu que se trata de relação de consumo.

TCC ✉ • 30/11/2018 🔥 0



Uma moradora do interior do Estado deve ser indenizada a título de danos morais em R\$3 mil após alegar ter sofrido agressões físicas e verbais em transporte coletivo.

De acordo com o processo, um passageiro, que estava com a autora no ponto de ônibus no dia do ocorrido, relatou que o transporte atrasou e a requerente, para não chegar atrasada no trabalho, acabou entrando em outro ônibus, onde foi agredida por uma outra mulher, pelo fato de o veículo já estar lotado.

Ainda segundo os autos, o motorista teria fechado a porta e continuado o trajeto até o local de destino, sem tomar a atitude de comunicar à polícia e registrar a ocorrência.

A ré contestou as afirmações narradas pela passageira, sustentando que não tem responsabilidade pelo acontecimento e apenas cumpriu com sua obrigação de conduzir pessoas ao lugar de destino.

No entanto, o juiz da 1º Vara de Castelo, analisando detidamente os autos, observou que se trata de relação de consumo entre as partes, tendo utilizado, portanto, o Código

de Defesa do Consumidor.

O magistrado entendeu que houve falha na prestação de serviço da ré, visto que o funcionário da empresa não prestou nenhum auxílio à vítima, ofendida verbal e fisicamente no interior do coletivo.

Com base no CDC e no Código de Processo Civil, no artigo 487, a viação requerida foi condenada a indenizar a passageira pela omissão de ajuda após o ocorrido.

Processo nº: 0000702-78.2018.8.08.0013

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do TJES

Texto: Isabella de Paula | ihpaula@tjes.jus.br

Andréa Resende

Assessora de Comunicação do TJES

Justiça determina indenizações a pessoas agredidas em ônibus e shopping

30 de novembro de 2018 - por Danieleh Coutinho

  8 pessoas curtiram isso. Cadastre-se para ver do que seus amigos gostam.

Duas vítimas de agressões, no Espírito Santo, segundo sentença judicial, receberão indenizações em dinheiro. Um dos casos foi contra o Estado do Espírito Santo. Uma moradora da cidade de Castelo conseguiu na justiça uma indenização a título de danos morais em R\$3 mil após alegar ter sofrido agressões físicas e verbais em transporte coletivo. De acordo com o processo, um passageiro, que estava com a autora no ponto de ônibus no dia do ocorrido, relatou que o transporte atrasou e a requerente, para não chegar atrasada no trabalho, acabou entrando em outro ônibus, onde foi agredida por uma outra mulher pelo fato de o veículo já estar lotado.

Ainda segundo os autos, o motorista teria fechado a porta e continuado o trajeto até o local de destino, sem tomar a atitude de comunicar à polícia e registrar a ocorrência. A ré contestou as afirmações narradas pela passageira, sustentando que não tem responsabilidade pelo acontecimento e apenas cumpriu com sua obrigação de conduzir pessoas ao lugar de destino.

No entanto, o juiz da 1ª Vara de Castelo, avaliou que se trata de relação de consumo entre as partes, tendo utilizado, portanto, o Código de Defesa do Consumidor. O magistrado entendeu que houve falha na prestação de serviço da ré, visto que o funcionário da empresa não prestou nenhum auxílio à vítima, ofendida verbal e fisicamente no interior do coletivo. Com base no CDC e no Código de Processo Civil, no artigo 487, a viação requerida foi condenada a indenizar a passageira pela omissão de ajuda após o ocorrido.

R\$30 mil por agressão em shopping

Um jovem que alega ter sido vítima de agressões por seguranças de shopping deve ser indenizado em R\$ 30 mil. A decisão é do juiz da 2ª Vara Cível, Órfãos e Sucessões de Cariacica, que condenou a empresa a pagar a quantia ao autor da ação, a título de danos morais. A vítima relatou que esteve no centro de compras com seus pais para almoçar e depois permaneceu no shopping com um casal de amigos, sendo que, quando estava em frente a uma joalheria para trocar a pulseira de um relógio, teria sido abordado por seguranças, retirado do local à força e sofrido agressões. Segundo o processo, o jovem afirmou que foi levado para um ponto que não possuía câmeras e recebeu chutes e socos.

A empresa alegou culpa exclusiva do autor da ação, que teria dado causa à expulsão do estabelecimento. A requerente informou que o jovem, acompanhado de seus amigos, teria iniciado um processo de prática de transgressões contra os seguranças do empreendimento, impedindo, inclusive a entrada e saída de consumidores das lojas, ocasião em que foram abordados por seguranças, que gentilmente solicitaram que liberassem o acesso. A defesa disse ainda, que o jovem afirmou que não sairia do local, com isso os seguranças o retiraram.

O juiz entendeu que ocorreu excesso por parte de seguranças da empresa, dando causa ao constrangimento e à humilhação. "Nada obstante o direito da ré de preservar o seu patrimônio, não é permitido aos empregados de seu estabelecimento comercial expor o consumidor a vexame e constrangimento", diz a sentença.

Cariacica

Jovem é indenizado após ser agredido por segurança de shopping no ES

Ao chegar a uma joalheria para trocar a pulseira de um relógio, o jovem teria sido abordado por seguranças e sofrido agressões

Compartilhar:

Publicado em 29/11/2018 às 23h42

Fonte: Com informação do TJES

Um jovem que foi agredido por seguranças, em um shopping, localizado em **Cariacica**, deve receber uma indenização no valor de R\$ 30 mil após o ocorrido. Ele estava em frente a uma joalheria, quando foi abordado por seguranças do empreendimento e agredido com chutes e socos. O caso aconteceu em



Shopping Moxuara

2015.

De acordo com o **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, a vítima relatou que esteve no centro de compras para almoçar com os pais e depois permaneceu no shopping com um casal de amigos. Ao chegar na joalheria para trocar a pulseira de um relógio, ele foi retirado à força e agredido por seguranças. À **Justiça**, o jovem ainda afirmou que foi levado para um ponto onde não havia câmeras e foi agredido com chutes e socos.

> Capixaba terá que pagar R\$ 3 mil por perturbar o casamento de colega

Em defesa, a empresa alegou que o jovem deu motivos para a expulsão do local. O shopping afirmou que a vítima, acompanhada de amigos teria iniciado práticas de transgressões contra os seguranças do empreendimento, impedindo a entrada e saída de consumidores das lojas. A defesa ainda disse que o jovem foi abordado e os seguranças teriam pedido gentilmente para que ele liberasse o acesso à loja, o que teria sido negado.

Um laudo do **Departamento Médico Legal (DML)** comprou a agressão sofrida pelo jovem. Além disso, o depoimento de um **policia militar** confirmou o ocorrido, de que no local não havia tumulto ou qualquer movimento do tipo "rolezinho".

Diante do acontecido, o juiz da 2ª Vara Cível, Órfãos e Sucessões de Cariacica entendeu que ocorreu excesso por parte dos seguranças do shopping. O magistrado julgou como procedente o pedido de indenização da vítima e condenou o empreendimento o pagamento por danos morais.

LEIA TAMBÉM



Homem enganado por amante no ES tem indenização negada

Justiça nega indenização a mulher que teve queimadura estética no ES